

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**  
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão  
Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
número 6

**“BRASIL MOSTRA A TUA CARA”: IMAGENS DA  
POPULAÇÃO BRASILEIRA NOS CENSOS  
DEMOGRÁFICOS DE 1872 A 2000”**

**Jane Souto de Oliveira**

Rio de Janeiro

2003

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

**Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3699-0

© IBGE. 2003

**Impressão**

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2003.

**Capa**

Gerência de Criação/CDDI

---

Oliveira, Jane Souto de

“Brasil mostra a tua cara” : imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000 / Jane Souto de Oliveira. – Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

75p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 6)

Inclui bibliografia.  
ISBN 85-240-3699-0

1. Brasil – Censo demográfico. 2. Brasil – População – 1872-2000. 3. Levantamentos demográficos - Brasil. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 311.213.1:314(81)  
RJ/2003-29 EST

---

# SUMÁRIO

<b>1. A IMAGEM DA POPULAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O QUE, COMO, PORQUE E POR QUEM É PERGUNTADO EM UM CENSO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. A IMAGEM DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DE 1872 A 1920: A ESCRAVIDÃO E A IMIGRAÇÃO COMO QUESTÕES-CHAVE .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.O CENSO DE 1872.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2.O CENSO DE 1890 .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3.UM CENSO INCOMPLETO - 1900 - E OUTRO NÃO REALIZADO - 191020</b>	
<b>2.4.O CENSO DE 1920 .....</b>	<b>21</b>
<b>3. A IMAGEM DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DE 1940 A 1970: O FOCO SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNAS, A INSERÇÃO ECONÔMICA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1. O CENSO DE 1940 .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2. O CENSO DE 1950 .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3. O CENSO DE 1960 .....</b>	<b>31</b>
<b>3.4. O CENSO DE 1970 .....</b>	<b>33</b>
<b>4. A IMAGEM DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DE 1980, 1991 E 2000: A HORA E A VEZ DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ..</b>	<b>37</b>
<b>5 - BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>44</b>
<b>6 - ANEXOS .....</b>	<b>47</b>

## RESUMO

O presente artigo analisa as imagens da população brasileira delineadas pelos onze censos demográficos, realizados no país entre 1872 a 2000. Ele procura mostrar que a representação da população nesses levantamentos, longe de ser um “dato”, uma “constante”, é uma construção social, que varia de acordo com o que, como e porque é perguntado. Procura mostrar, também, que a inclusão ou a exclusão de quesitos, a maneira de formulá-los e o significado que lhes é atribuído são, em certa medida, reveladores das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época, tanto quanto dos atores que balizam esse pensamento.

## **ABSTRACT**

This article analyses images of the Brazilian population delineated by the eleven Demographic censuses realized in Brazil between 1872 and 2000. It tries to demonstrate that, far from being a “constant”, the image of the population traced on these inquiries corresponds to a social construction that varies depending on what, how and why things are being asked. It also tries to demonstrate that the inclusion or the exclusion of questions, the way they are formulated and the particular meaning attributed to them help to reveal the dilemmas and concerns that characterize the social thought of a given period, as well as the social actors that convey this thought.

# 1. A imagem da população como construção social: o que, como, porque e por quem é perguntado em um censo<sup>1</sup>

“Em 1940, lá no morro começaram o recenseamento e o agente recenseador esmiuçou a minha vida que foi um horror...”  
*Recenseamento*  
(Assis Valente, 1940)

Aproximadamente 90 variáveis<sup>2</sup> se conjugam para compor a imagem da população brasileira traçada pelo Censo Demográfico de 2000. A partir de seus resultados, conhecemos o número de homens e mulheres, velhos e jovens, ricos e pobres que habitam o país. Distinguimos sua raça, religião e local de origem. Precisamos o tamanho e a composição das famílias brasileiras, o grau de instrução de seus membros, a maneira pela qual se inserem no mercado de trabalho, suas múltiplas formas de atividade econômica, seus níveis de rendimento, suas condições de moradia, sua localização geográfica. E mais: comparando estes resultados com os de levantamentos anteriores, sabemos se e em que direção houve mudanças nos padrões demográficos, socioeconômicos e espaciais da população. Em poucas

---

(\*) O presente artigo integra um projeto mais amplo de pesquisa empreendido mediante uma parceria do IPEA e da ENCE/IBGE e desenvolvido desde 2001, sob a coordenação de Ana Amélia Camarano, do qual deverá resultar a coletânea *Um século de população brasileira*.

<sup>1</sup> Pesquisadora do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE. A autora agradece a valiosa colaboração de Solange Kanso na pesquisa e na preparação dos quadros referentes aos quesitos constantes nos censos demográficos brasileiros.

palavras, a imagem da população brasileira que nos é oferecida pelas lentes do Censo-2000 não revela apenas quantos somos, revela também e principalmente como nos diferenciamos e como nos transformamos.

Nem sempre, contudo, foi assim. Houve momentos em que, para os fins das autoridades - militares, eclesiásticas ou políticas - encarregadas de contar ou estimar a população brasileira, o que importava era tão somente o *quantum*, ou seja, o tamanho desta população, pouco ou nada se indagando sobre sua composição por sexo, idade ou outros atributos. Houve, também, momentos em que tais estimativas enfatizavam sobretudo uma distinção: aquela que opunha homens livres a escravos, dualidade básica em que se assentava a sociedade brasileira nos tempos da Colônia e do Império.

Nesse sentido, a história dos levantamentos demográficos brasileiros demonstra que a representação da população, que a partir deles se constrói, longe de ser um “dado”, uma “constante”, se modifica ao longo do tempo. Ou seja, é uma representação que varia e depende de *o que, como, porque e por quem* é perguntado. Aspectos da população incluídos num inquérito estatístico podem perder ou ganhar força em outros e podem até mesmo deixar de ser investigados. Por que isso acontece? Por que algumas dimensões são privilegiadas num determinado censo enquanto outras são negligenciadas ou omitidas? Por que, por exemplo, os quesitos referentes a *cor* ou a *religião* entram, saem e voltam a fazer parte dos censos? Que atores ou grupos sociais definem essas regras de entrada ou saída? Por que os primeiros censos restringiam-se a um conjunto de quinze ou vinte quesitos enquanto os últimos contemplam setenta, oitenta ou mais quesitos?

Poderíamos dizer que a inclusão ou a exclusão de perguntas, a maneira de formulá-las e o significado que lhes é atribuído são, em certa medida, reveladores das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época, tanto quanto dos atores que balizam esse pensamento. Ademais, poderíamos dizer que a tendência de ampliação do número de quesitos, que se observa na série histórica dos censos no Brasil, não deixa, em parte, de guardar relação com a complexidade crescente da realidade social, econômica e espacial que eles procuram apreender.

Mas aqui já estamos antecipando algumas das questões que serão tratadas neste artigo. Convidamos, pois, o leitor a reconstituir conosco o itinerário que mostra como vai sendo esculpida a imagem da população brasileira nos censos, no período histórico que se estende de 1872 até nossos dias. Para facilitar a exposição, dividimos nosso itinerário em três partes: na primeira analisamos os censos de 1872, 1890, 1900 e 1920; na segunda, abordamos os de 1940, 1950, 1960 e 1970 e finalmente, na

---

<sup>2</sup> Aí incluídas as variáveis correspondentes a pessoas e domicílios.

terceira e última parte examinamos os de 1980, 1991 e 2000. Quadros comparativos, reproduzindo os temas investigados nos censos, acompanham essa exposição.

Antes, porém, de empreender nosso percurso é necessário explicar porque o censo de 1872 é tomado como ponto de partida, se, muito antes dele, outros levantamentos demográficos já haviam sido realizados no Brasil.

De fato, as primeiras tentativas de contar a população remontam ao período colonial, exprimindo a preocupação da Metrópole em afirmar seu domínio sobre o território. Desse modo, traduziam elas, essencialmente, um objetivo militar e estratégico: tratava-se de organizar a defesa das possessões portuguesas contra inimigos externos ou internos e precisar os pontos em que tais possessões se apresentavam mais vulneráveis, i.e., mais “despovoadas” (Silva,1951; Azevedo,1990; Botelho,1998).

Por sua vez, a íntima associação entre a Coroa portuguesa e a Igreja católica, permeando todo o processo de povoamento da Colônia, levaria a que representantes do clero participassem ativamente das primitivas formas de contagem populacional, tomando a si a responsabilidade de enumerar os fogos<sup>3</sup> e os fiéis de suas paróquias, bem como de registrar os eventos principais do ciclo de vida - nascimentos, batizados, casamentos e mortes - de seus paroquianos. Juntamente com capitães-mores<sup>4</sup>, párocos e curas eram, então, encarregados de fornecer às autoridades coloniais os “mapas” com estimativas da população. Dessa conjugação de esforços entre militares e religiosos derivariam os nomes das primeiras contagens, significativamente chamadas de *listas de ordenança* (listagem de habitantes com objetivos militares ou fiscais) e *listas de desobrigas* (listagem de habitantes que pertenciam a uma paróquia) (Botelho,1998).

As finalidades dessas listagens - recrutamento militar ou arrecadação fiscal, quando não ambas - justificavam o temor e a resistência que provocavam na população e repercutiam negativamente sobre a exatidão de seus resultados. Nesse mesmo sentido pesavam também a extensão do território, o isolamento e a dispersão das populações rurais, o caráter nômade e o domicílio incerto de contingentes expressivos da população, tanto quanto o despreparo, o desinteresse ou mesmo os

---

<sup>3</sup> A categoria *fogos*, amplamente utilizada nos levantamentos feitos durante o período colonial, era até certo ponto ambígua. O *fogo* servia para designar a casa ou parte dela em que habitava uma pessoa livre ou uma família com economia separada, daí resultando que um domicílio podia conter um ou mais fogos. No censo de 1872, as instruções de coleta aludiam a *fogos* ou *domicílios*, mas, já a partir de 1900, o domicílio passaria a ser a unidade de referência dos censos brasileiros.

<sup>4</sup> Com o passar do tempo, comandantes de ordenança e capitães-mores cederam a juizes de paz, delegados e subdelegados de polícia (estes a partir de 1841) a função de principais responsáveis pela contagem da população na Colônia e depois no Império brasileiro.



interesses, por vezes conflitantes, dos agentes locais encarregados de proceder à contagem.

Na verdade, o desafio colocado pela realização de um censo exigia um poder, um volume de recursos e uma capacidade de coordenação de esforços que a administração central estava longe de deter frente às capitânicas durante o período colonial. Tal quadro pouco se alteraria com a Independência, estendendo-se ainda pelo Primeiro Reinado e por grande parte do Segundo<sup>5</sup>. É o que atesta o olhar crítico que, em 1870, um dos mais importantes pesquisadores do Império, Joaquim Norberto de Souza e Silva, lançaria sobre as 16 tentativas, até então feitas, de se estimar a população brasileira. Em seu trabalho, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje*, afirmava ele que:

“toda a nossa estatística demográfica é meramente conjectural e os recenseamentos, á excepção de um ou outro, não têm passado de teóricos (...) Só depois que tivermos arrolamentos perfeitos poderemos sobre eles firmar os cálculos do futuro e predizer qual será nossa população em certas e determinadas épocas” (Silva, 1951:151).

Assim, embora o autor registre 1776 como a data da primeira estimativa geral da população brasileira – “1.900.000 almas” segundo o abade Correa da Serra -, seria necessário esperar quase um século para se chegar ao primeiro censo da população, realizado em 1872<sup>6</sup>.

Se o censo de 1872 recebe essa característica, isso se dá, em primeiro lugar, porque é nele que se explicita a maioria dos critérios modernamente atribuídos a um censo: respaldo legal; dotação orçamentária específica; simultaneidade da pesquisa; data de referência pré-estabelecida; demarcação territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território e enumeração individual de todas as pessoas.

E, em segundo lugar, porque diferentemente dos levantamentos até então realizados e que traíam essencialmente propósitos militares, fiscais ou eleitorais, é no censo de 1872 que se consubstancia, pela primeira vez, o propósito manifesto de se

---

<sup>5</sup> Deve ser ressaltado, contudo, que, a Constituição de 1824, ao estabelecer requisitos, inclusive de ordem econômica, para a definição dos cidadãos com direito a voto, dos candidatos ao colégio eleitoral e dos candidatos a deputado, abria uma nova fonte de demandas por informações demográficas. Essa exigência da contagem populacional para fins eleitorais implicaria a necessidade de maior regularidade e precisão dos levantamentos estatísticos.

<sup>6</sup> Entre um momento e outro, diversos levantamentos parciais ou gerais se realizaram, inclusive aquele em que Joaquim Norberto de Souza e Silva esteve diretamente envolvido e ao qual sua

conhecer a população brasileira. É nele que a população emerge como elemento central e constitutivo da própria nacionalidade. É nele que se espelha o processo de construção da nação e do Estado-nação brasileiros. Como assinala Botelho:

“o processo de construção da nação foi também um processo de reconhecimento dos componentes da nação. No que diz respeito às preocupações com os levantamentos censitários, é possível perceber na elite política e intelectual brasileira, um comportamento marcado por um movimento que vai da contagem dos habitantes do Brasil, ainda pautada pelas preocupações herdadas do período da situação colonial, para o esforço de medir a nação. E o medir da nação estaria articulado não mais com os interesses metropolitanos, mas com temas como a implantação das políticas públicas (fim da escravidão, por exemplo), a questão eleitoral e o próprio reconhecimento do *rostro que assumiria o povo brasileiro*” (Botelho, 1998:178, grifos nossos).

É do delineamento desse “rostro” nos censos brasileiros que tratamos a seguir.

## 2. A imagem da população nos censos de 1872 a 1920: a escravidão e a imigração como questões-chave

Que “rostos” assume o povo brasileiro no Censo de 1872? Como se diferencia daquele traçado nos Censos de 1890, 1900 e 1920? Em que medida estes “rostos” refletem as intensas mudanças políticas, sociais e econômicas, operadas no país com o término da monarquia e a proclamação da República; com a transição de uma ordem escravocrata para uma ordem capitalista; com os primeiros passos visando a substituir a feição primário-exportadora da economia, por outra, mais urbana e industrial; com a constituição de um mercado de trabalho assalariado, sobretudo nos centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, mediante o recurso a uma forte corrente imigratória; com a eclosão da 1ª Guerra Mundial e a passagem do Brasil da esfera de influência da Inglaterra para a dos EUA?

### 2.1.O censo de 1872

Em 30 de dezembro de 1871, o decreto 4856 “manda proceder ao primeiro recenseamento da população do Império e baixa o respectivo regulamento, dispondo que o recenseamento “será feito por meio de boletins ou listas de família, em que se declare, a respeito de cada pessoa: o *nome*, o *sexo*, a *idade*, a *cor*, o *estado civil*, a *naturalidade*, a *nacionalidade*, a *residência*, o *grau de instrução primária*, a *religião* e as *enfermidades aparentes*. Também se declarará a *relação de parentesco ou de convivência* de cada pessoa *com o chefe da família* e a respeito das crianças de 6 a 15 anos se notará se *freqüentam ou não a escola*” (*in* Azevedo, 1990:115, grifos nossos).

No mesmo regulamento, define-se o conceito de família para os efeitos do recenseamento: “constitui uma família a *pessoa livre* que vive só e sobre si, em uma habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum” (*in* Azevedo,1990:115, grifos nossos).

Não explicitada pelo regulamento entre as variáveis individuais e apenas subentendida na definição de família, pela referência à “*pessoa livre*”, uma variável

investigada pelo Censo de 1872 seria, contudo, o elemento chave para a configuração e a diferenciação interna da população brasileira naquele momento: *a condição civil*.

Incorporada, pela primeira e única vez, a um censo brasileiro, a *condição civil* cristalizava a clivagem de uma sociedade formada por homens livres e escravos. Recorde-se, a propósito, que o debate e as políticas voltadas para a questão da escravidão no Brasil, ocupariam um espaço crescente nas décadas de 1870 e 1880, mobilizando forças sociais e interesses políticos e econômicos antagônicos, que acabariam por desembocar na abolição da escravatura e na queda do regime monarquista. Em torno da questão, dividiam-se, por um lado, proprietários rurais ligados à economia agrária exportadora e fortemente dependentes da mão de obra escrava e, por outro, representantes das camadas médias urbanas (industriais, comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e jornalistas, funcionários públicos, oficiais militares) que viam o trabalho escravo como um obstáculo à modernização da sociedade, do sistema econômico e das instituições políticas. Saindo dessas fileiras, ganharia vulto o movimento abolicionista, ao mesmo tempo em que rebeliões e fugas maciças de escravos reforçariam a preocupação com o potencial de ruptura que o postergamento de uma solução para a questão escrava poderia implicar para a ordem social (Fragoso e Silva, 1990:184-6).

A esses desdobramentos, no plano interno, somavam-se, no plano externo, as pressões de ordem econômica e política do capitalismo internacional no sentido de ampliar seus mercados e romper as barreiras impostas a esta expansão pela permanência de relações de trabalho escravistas<sup>7</sup>. E somava-se, ainda, no nível das representações, a imagem altamente negativa que a escravidão, como anacronismo ou crime contra a humanidade, associava ao Brasil: a “barbárie da escravidão” era inadmissível no concerto das “nações civilizadas”.

Em poucas palavras, era a partir da questão da escravidão que, naquele momento, a sociedade brasileira se interrogava sobre suas possibilidades de coesão, seus riscos de fratura e seus rumos no futuro. E era a partir da separação entre homens livres e escravos que o perfil daquela sociedade recebia seus contornos mais nítidos e se projetava no censo de 1872.

---

<sup>7</sup> Tais pressões partiam especialmente da Inglaterra, país onde a produção capitalista estava mais avançada e com o qual, mesmo antes de sua independência, o Brasil firmara acordos visando à supressão do tráfico transoceânico de escravos. Em 1827, um tratado entre os dois países estabelecia que, num prazo de três anos, aquele tráfico seria considerado ilegal. Ratificando-o, lei promulgada em 1831 previa a aplicação de penas aos traficantes e declarava livres todos os cativos que entrassem no Brasil após aquela data. Desconsiderada, na prática, a lei acabou por dar origem à expressão “para inglês ver” como algo que “não é para valer”. Em meados dos anos 1840, porém, as pressões inglesas se intensificam, recorrendo inclusive ao uso da força. Com base na *Bill Aberdeen*, promulgada em 1845, navios ingleses apreenderam navios que faziam o tráfico de escravos para o Brasil, invadiram águas territoriais brasileiras e ameaçaram bloquear seus portos. Cf. Fausto (2000:192-5) e Fragoso e Silva (1990:182-3).

Outro critério de diferenciação era dado pela *cor*, distinguindo *brancos*, *pretos*, *pardos* e *caboclos*<sup>8</sup>. Desde o início, portanto, o quesito carregava a marca de um “pecado original” - a ambigüidade entre *cor* e *raça*<sup>9</sup> - que viria a se estender aos demais censos brasileiros. Tal procedimento parece ainda mais inexplicável, porquanto se sabe que na documentação do censo de 1872, estava inicialmente prevista a identificação das diversas tribos indígenas, bem como da língua falada por cada uma delas. Na versão final, contudo, prevaleceu a orientação de se englobar indistintamente os indígenas, sob a categoria *caboclos*.

É possível que o foco sobre a questão do escravo e, conseqüentemente, do negro, eclipsasse a questão indígena. Mas é possível também que a indiferenciação das tribos se acomodasse ao intuito de conferir maior homogeneidade à população brasileira, evitando que esta se apresentasse dividida em tribos, com línguas e costumes diversos. De qualquer modo, porém, fica claro que a classificação de cor proposta pelo censo reafirmaria, sob um novo ângulo, a hierarquização fundamental da sociedade imperial - brancos x negros - herdada dos tempos coloniais, bem como a preocupação suscitada pela mestiçagem do branco, seja com elementos da raça negra, seja com os da raça indígena.

O censo investigou também a *profissão*, quesito que, mesmo não tendo sido incluído no regulamento, acabou por se incorporar ao levantamento como um quesito

---

<sup>8</sup> Os resultados do Censo de 1872 relativos ao cruzamento das variáveis *condição civil* e *cor* levantariam críticas e acusações de manipulação, de vez que, segundo eles, não haveria, no Brasil Império, escravos brancos ou caboclos, apenas pretos (69%) e pardos (31%). Refutando esses dados, argumenta Alencastro (1997) que “após 1850, com a intensificação do tráfico inter-regional de escravos, podia acontecer que aparecessem no Rio cativos brancos ou praticamente brancos. Por um motivo simples. Seguindo a norma do direito romano, o direito imperial brasileiro prescrevia que o estatuto do filho seguia o estatuto da mãe: o filho da escrava nascia escravo. Naquela altura, alguns escravos brancos – filhos, netos e bisnetos de escravas mulatas e de brancos -, até então isolados em fazendas sertanejas começaram a ser vendidos para a corte”. E conclui que: “por decisão eminentemente ideológica, os organizadores do recenseamento decidiram que não havia, em nenhum canto do Império, nenhum escravo branco”. Esta afirmação de manipulação é contestada por Senra (2001), a partir de minuciosa análise da documentação referente à coleta, apuração e divulgação do Censo de 1872. A leitura dos textos sugere dois comentários. O primeiro é que se surpreende a não existência de escravos brancos (ou caboclos), creditar o fato exclusivamente a uma manobra dos “organizadores do recenseamento”, como faz Alencastro, significa desconsiderar o peso que o preconceito racial e a identificação do escravo ao negro, presentes no imaginário social da época, teriam exercido sobre as respostas dos informantes ao recenseamento. Por outro lado, apoiar-se, como faz Senra, unicamente na documentação censitária para “evidenciar que não houve a sugerida manipulação estatística” de Alencastro é, em certa medida, assumir que só vale o que está escrito. O que nem sempre é o caso, como mais adiante teremos oportunidade de discutir. Por ora, cabe lembrar que não raras vezes e mormente em uma operação como a do censo de 1872 - realizada pela primeira vez, com pouco treinamento, instruções de coleta e de apuração vagas e escassos instrumentos de controle - vale também o que *não* está escrito. Cf. Alencastro (1997:87-8) e Senra (2001).

<sup>9</sup> Sobre essa ambigüidade nos levantamentos estatísticos, ver Costa (1974).

aberto. Daí a importância da classificação com que seus resultados foram apresentados e que correspondia a: (1) Profissões liberais: (1.1) Juristas (Juizes; Advogados; Notários e Escrivães; Procuradores; Oficiais de justiça); (1.2) Médicos; (1.3) Cirurgiões; (1.4) Farmacêuticos; (1.5) Parteiros; (1.6) Professores e homens de letras; (1.7) Empregados públicos; (1.8) Artistas; (2) Militares; (3) Marítimos; (4) Pescadores; (5) Capitalistas e proprietários; (6) Profissões industriais e comerciais: (6.1) Manufatureiros e fabricantes; (6.2) Comerciantes, guarda-livros e caixeiros; (7) Profissões manuais e mecânicas: (7.1) Costureiras; (7.2) Operários (canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros; em metais; em madeiras; em tecidos; de edificações; em couros e peles; em tinturaria; de vestuário; de chapéus; de calçados); (8) Profissões agrícolas: (8.1) Lavradores; (8.2) Criadores; (9) Criados e jornaleiros; (10) Serviço doméstico; (11) Sem profissão<sup>10</sup>.

Ratificando a dualidade entre senhores e escravos, tal classificação matiza e exemplifica as posições existentes entre esses tipos polares. Assim, ao mesmo tempo em que abre espaço para a configuração de *capitalistas* e *proprietários*, ela revela o prestígio atribuído às carreiras letradas - o clero, a magistratura, os “homens de letra”, os médicos, enfim os bacharéis - numa sociedade composta predominantemente por iletrados<sup>11</sup>. Sugere, ainda, que a absorção de trabalhadores se dá pela coexistência de diferentes formas de produzir, em que despontam a manufatura e a indústria, voltadas essencialmente para as necessidades de habitação e vestuário; o serviço público; o comércio e o serviço doméstico. Por outro lado, não deixa de causar surpresa o viés urbano da classificação – uma única rubrica é feita para as profissões agrícolas -, dada a feição predominantemente rural da sociedade da época.

A pergunta sobre *nacionalidade* remete a uma outra questão-chave do período. Destinada a mensurar a presença de estrangeiros no Brasil, ela se justificava em função das expressivas correntes migratórias que, a partir da segunda metade do século XIX, afluiriam ao país<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre esta classificação ver Senra (2001:21).

<sup>11</sup> De acordo com os resultados do censo de 1872, a proporção de analfabetos correspondia a 84% da população total, elevando-se para 86% se considerada apenas a população feminina e para 99% se considerada a população escrava.

<sup>12</sup> Os primeiros passos de uma política imigratória teriam ocorrido por volta dos anos 1810/1820, quando dos tratados anglo-portugueses que previam a abolição da escravatura no Brasil. O freio a ser imposto à entrada de africanos deveria se dar *pari passu* à adoção de medidas favorecendo a entrada de europeus e conseqüentemente o povoamento branco. Dessa política imigratória inicial – implementada em pequena escala e circunscrita a alguns enclaves no Rio, São Paulo e no Sul - servem de exemplo a colônia suíça de Nova Friburgo/RJ (1818) e a colônia alemã de São Leopoldo/RGS (1824). Tal política, contudo, seria redimensionada a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro e com as intensas pressões dos fazendeiros por mão-de-obra. Cf. Alencastro e Renaux (1997:292-3).

Na verdade, a imigração estava indissolúvelmente associada à escravidão ou, mais precisamente, à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Duas leis promulgadas em 1850 - a da abolição do tráfico negreiro e a das terras - já anunciavam essa direção. Se a primeira restringia as condições de reprodução dos sistemas econômicos baseados no trabalho escravo, caso típico da *plantation* do açúcar e do café, a segunda acenava-lhes com uma solução alternativa. O dispositivo legal não apenas obrigava ao registro de todas as terras efetivamente ocupadas, como impedia a ocupação de terras devolutas, exceto mediante a compra. Com isso, dificultava-se o acesso do trabalhador (fosse este nativo ou imigrante) à terra e se pretendia criar a necessária reserva de mão de obra para a grande empresa agrícola, frente ao definhamento da escravidão (Fragoso e Silva, 1990:184).

Não surpreende, portanto, que vigorosos estímulos à entrada no país de trabalhadores estrangeiros datem, eles também, da segunda metade do século XIX, seja por iniciativa de fazendeiros particulares, seja sob os auspícios do governo central ou de governos provinciais. Pressionados pelas dívidas contratuais com os custos da viagem e cerceados em suas possibilidades de se tornarem produtores independentes, os imigrantes estrangeiros viriam, em grande parte, a engrossar as hostes do colonato agrícola ou do operariado urbano. O recurso à imigração permitia, pois, que num mesmo movimento se operasse o resgate do trabalho, aviltado pela identificação do trabalho à escravidão, e se atualizasse sob novas formas a subordinação do trabalhador a outrem.

Importa destacar, ainda, outras características da população brasileira, tal como refletidas no censo de 1872. A primeira diz respeito à *religião* e é bastante enviesada pelo fato de que havendo, à época, uma religião oficial do Estado, a distinção se fazia somente entre *católicos* e *acatólicos*. Consagrada desde a Constituição de 1824, a união ente o “trono e o altar” valia-se também de outros instrumentos legais para afirmar a supremacia da religião católica no país. Assim, por exemplo, o Código Criminal do Império de 1830, punia “com multa e dispersão do culto o ato de celebrar em casa ou edifício que tenha alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de qualquer outra religião que não seja a do Estado” (Alencastro e Renaux, 1997:292).

A segunda refere-se à alfabetização como indicador único e absoluto do grau de instrução, o que reforça a imagem de uma população basicamente iletrada. Não obstante, a introdução no corpo do questionário de um quesito sobre a frequência escolar para crianças e jovens de 6 a 15 anos é reveladora do interesse pela educação primária e aponta para a responsabilidade do Estado na implementação de políticas públicas nesse campo.

No mesmo registro, parece inscrever-se a preocupação com a enumeração dos *deficientes físicos e mentais*. Evocando as antigas “Leis dos Pobres” inglesas<sup>13</sup> que previam assistência pública para os pobres que não podiam trabalhar, o destaque dado no censo às pessoas portadoras de deficiências estaria sugerindo a responsabilidade do Estado frente àquelas pessoas, vistas como incapazes para o trabalho. Em reforço a essa hipótese, caberia indicar a ampla e diversificada esfera de atuação do Ministério dos Negócios do Império, ao qual se subordinavam as áreas de educação, saúde e cultos. Sob seu comando estavam, entre outros órgãos, as faculdades de Medicina e de Engenharia e a Diretoria Geral de Estatística, responsável pela realização do censo de 1872. E estavam também e significativamente o Instituto de Surdos Mudos e o Instituto de Meninos Cegos. Em síntese, a educação, a religião, a elaboração de estatísticas e a assistência aos deficientes faziam parte dos “negócios” do Estado.

Deve-se lembrar, porém, que a inclusão de quesitos referentes a deficientes físicos era comum aos censos de vários países da Europa, tendo sido ainda uma das recomendações do 8º Congresso Internacional de Estatística, realizado em São Petersburgo em 1872 e do qual o Brasil foi um dos participantes.

A alusão a este Congresso permite uma observação final sobre o perfil da população brasileira desenhado pelo censo de 1872. Sem dúvida, este reflete o debate que se travava internamente sobre a identidade e a formação da nacionalidade brasileira, pondo em relevo temas candentes como o da escravidão, o da imigração e o da miscigenação racial. Mas se, por um lado, o retrato da população brasileira, feito pelo censo, traduzia os anseios e preocupações da elite política e cultural da época, por outro, não deixava também de estar afinado com recomendações e práticas internacionais.

É o que se pode depreender do confronto entre os quatorze quesitos incluídos no censo de 1872 com os doze recomendados pelo Congresso de São Petersburgo e que eram: (1) nome, (2) sexo, (3) idade, (4) relação com o chefe da casa, (5) estado civil, (6) profissão, (7) culto, (8) língua, (9) analfabetismo, (10) lugar de nascimento, (11) residência, (12) defeitos físicos. Exceção feita a quatro variáveis - *língua*, incluída entre as recomendações do Congresso, e *cor*, *freqüência escolar* e *condição civil*, incluídas no censo brasileiro -, as demais eram rigorosamente idênticas.

---

<sup>13</sup> Implementadas na Inglaterra em 1601 e vigentes até a 1ª metade do século XIX, quando se travou o grande debate sobre o pauperismo, as *Poor Laws* se constituíram no primeiro sistema de ajuda nacional, legal e obrigatória da história moderna. O espírito das leis era claro, estabelecendo uma divisão entre pobres *aptos* e *inaptos* para o trabalho e prescrevendo-lhes um tratamento diferencial que podia ser sintetizado pela fórmula: “trabalho para os que querem trabalhar, castigo para os que não querem e pão para os que não podem” (Himmelfarb, 1988:35).



## 2.2.O censo de 1890

Com o censo de 1890, novas configurações seriam dadas à população brasileira. Planejado ainda na vigência do Império e convertido no primeiro censo da era republicana, ele assinalaria mudanças e continuidades. O triunfo das idéias positivistas era visível na separação entre Estado e Igreja, na tentativa de estabelecer as leis estatísticas que regiam a dinâmica demográfica e de montar um sistema de informações capaz de “retratar a nação e o povo brasileiros”.

Nesse sentido, o olhar sobre a população volta-se também para o contexto familiar e perscruta o grau de enraizamento e de aculturação dos imigrantes, as marcas e problemas deixados pela escravidão. Daí derivaria um aumento significativo do número de perguntas, no boletim do censo, assim explicado pelo regulamento que o acompanhava:

“Os acréscimos que o projeto consigna referem-se a fatos de necessária investigação estatística *em um país cujo estado demográfico foi e será por longos anos perturbado por dois fatores – a escravidão e a imigração*” (reproduzido in Esteves (org.), 1941:43, grifos nossos).

Na formulação do censo é clara, em primeiro lugar, a marca da escravidão ou, melhor dizendo, a tentativa de apagá-la ou diluí-la. Uma tentativa que no próprio Hino da República vinha estampada nos versos: “nós nem cremos que escravos *outrora* tenha havido em tão nobre país”. *Otrora* era o ano anterior...

Na documentação censitária, o mesmo esforço se insinua na “substituição da cor *parda*, que só exprime o produto do casamento do branco com o preto, pela cor *mestiço*, indicação mais genérica abrangendo também os diversos resultados de fusão com a raça indígena”, sob a alegação de que:

“Como ficou provado pelo recenseamento de 1872, um preconceito social muito conhecido frustra a exata averiguação do fato étnico resultante da fusão do elemento africano; resta, portanto, englobá-lo ao que provém da origem cabocla, embora mais conveniente fosse a discriminação, no interesse da ciência” (id. ib., p. 42).

Ou na justificativa dada à introdução do quesito *renda*:

“O *salário do proletariado* é no momento atual do Brasil um subsídio sociológico de grande valor. Na fase de transição que atravessa a indústria agrícola, perturbada em algumas zonas, regenerada em outras, convém precisar a quota auferida pelo trabalhador, *escravo ainda ontem em muitas das regiões do país*” (id. ib. p.139, grifos nossos).

Se a escravidão constituía uma das questões-chave da época, outra era, sem dúvida, a da imigração. A par da desagregação de *estrangeiros, brasileiros natos e naturalizados*, já contemplada no censo de 1872, o de 1890 introduziria quatro novos quesitos relativos à imigração: dos estrangeiros, indagava-se o ano de chegada ao país e, de toda a população, a *nacionalidade paterna, a materna e a língua falada no domicílio*. O propósito de detectar o grau de aculturação dos imigrantes era claro e se patenteava na própria justificativa dada aos quesitos de *nacionalidade paterna e materna*:

“[Ela] servirá para evidenciar o grau de homogeneidade com que se formou a população nacional em um certo período, e ao mesmo tempo demonstrará o coeficiente de assimilação do fator estrangeiro pelo mais poderosos dos laços – o das afeições domésticas” (id. lb., p.138).

Para além dessas questões, o censo de 1890 se propunha a investigar a estrutura familiar, indagando, pela primeira vez, a *filiação* dos indivíduos e distinguindo-os como *legítimos, ilegítimos, legitimados e expostos*<sup>14</sup>. A preocupação com a norma familiar surgia, pois, através das situações de mancebia e bastardia, as quais, longe de serem exceções ou desvios, mais bem representavam traços constitutivos de uma sociedade que estigmatizava e inferiorizava pretos, indígenas e mestiços e fazia com que “índias e negras, escravas ou livres, estivessem fadadas a ser mancebas do homem branco” (Nadalin, 2001).

Também se manifestava, no censo, o interesse pelo tamanho da família e por seus eventos vitais, com a inclusão de quesitos referentes a: *data do casamento; número de casamentos; grau de parentesco no casamento; número de filhos nascidos vivos; número de filhos mortos e número de filhos sobreviventes*. Mas nesse caso, pesava principalmente a imprecisão dos dados do registro civil, como se depreende da justificativa apresentada na documentação censitária:

“As informações destinam-se a estabelecer com os elementos numéricos, pela primeira vez aproveitados, as leis estatísticas relativas à natalidade, à influência eugenésica do parentesco, à longevidade e à fecundidade dos casais do Brasil. (...) Sabendo-se que o registro civil, começado a executar

em 1º de janeiro de 1889, ressentia-se de muitas informações, (...) não pareceu absurda a idéia de se utilizar a ocasião que o recenseamento proporcionava para diretamente serem coligidos os termos constitutivos daquelas equações” (Esteves (org.) op.cit. pp.139-40).

O que mostra que os problemas de sub-enumeração do registro civil e o recurso aos censos para obter informações vitais – presentes até hoje – já se estendem por mais de um século no Brasil...

Diferentemente do censo de 1872, que focalizava a freqüência escolar de crianças e jovens de 6 a 15 anos, priorizando, portanto, a instrução primária, o de 1890 se volve, sobretudo, para a instrução de nível superior e investiga, em separado, a designação do título ou diploma científico, literário ou artístico (*Instruções para o segundo recenseamento da população*, 1890,20). Além disso, contrapondo-se às críticas de ser uma pesquisa por demais minuciosa, exclui o quesito freqüência à escola com a seguinte argumentação:

“Não se propõe o recenseamento a levantar uma estatística escolar. Na coluna em que indaga se o recenseado sabe ler e escrever, será incluído o menor que tiver esse grau de instrução não só em colégio, como no seio da família, método de ensino muito razoavelmente seguido em várias casas. Se na coluna profissão, na linha correspondente ao menor inscrever-se: estudante escolar, completa ficará a informação que se pretende obter” (id.ib. 43).

A exclusão do ensino primário sugere e, em certa medida, antecipa o que viria a ser ratificado na Constituição republicana, promulgada no ano seguinte, que “retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, constante do texto imperial” (Carvalho; 1991,45). Numa república em que 85,2% da população total eram analfabetos, o Estado eximia-se da responsabilidade de fornecer educação pública e gratuita.

Essa alta proporção de iletrados permite, por sua vez, relativizar o argumento de que a instrução no próprio lar era “um método de ensino muito razoavelmente seguido em várias casas”. Se é verdade que, à época, era comum a presença de mestres e preceptores que lecionavam em sua própria casa ou na de seus alunos, é verdade também que esta prática, esta possibilidade se restringia fundamentalmente ao círculo de famílias mais abastadas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> A condição de exposto alude à situação dos filhos rejeitados e abandonados por seus pais e expostos na roda.

<sup>15</sup> A literatura e o cinema brasileiros focalizariam estes preceptores, a maioria de origem estrangeira e do sexo feminino, contratados com o propósito específico de educar crianças e jovens e convertidos em uma espécie de agregados das famílias contratantes. Remetemos,

Marcando uma ruptura com o período monárquico, o primeiro censo da era republicana reconhece outras religiões que não a católica, abrindo espaço para os seguidores do protestantismo, islamismo e positivismo, bem como para os que não professavam qualquer culto.

Em poucas palavras, a cobertura temática proposta pelo censo de 1890 foi bem mais ampla e diversificada que a do censo de 1872. Não obstante isso (ou talvez em parte por isso), as dificuldades de coleta, o grande número de lacunas e imprecisões, os custos e a morosidade no processamento dos dados prejudicaram substancialmente o alcance da pesquisa. Com atraso de oito anos, os primeiros resultados começaram a aparecer em 1898 e se limitaram às variáveis: sexo, idade, raça, filiação, culto, analfabetismo, estado civil e nacionalidade. Dados sobre defeitos físicos e profissões foram divulgados somente para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) e o estado de Alagoas. E mostrou-se infrutífera a tentativa de obtenção de informações sobre renda, frustrada que foi pela “profunda repugnância com que geralmente se faz tais declarações” (Esteves (org.), op. cit. p.139).

## **2.3. Um censo incompleto - 1900 - e outro não realizado - 1910**

O malogro do censo de 1890 e as críticas a seu questionário, visto como excessivamente longo, levaram a um redimensionamento da cobertura do censo de 1900. De acordo com o documento *Instruções para o preenchimento do Serviço de recenseamento em sua fase final*, o retrato da população apresentar-se-ia bem mais limitado e seria feito por meio de dez variáveis: sexo, idade, estado civil, nacionalidade, analfabetismo, filiação, religião, lugar de residência, defeitos físicos e profissão.

Mesmo assim, a implementação do censo foi extremamente difícil. Erros e omissões detectados quando da divulgação dos primeiros resultados para o Rio de Janeiro implicaram o cancelamento de toda a operação e a realização de um novo

---

aqui, o leitor às deliciosas cartas de uma preceptora alemã, transformadas no livro *Meus caros romanos* de Ina von Binzer e ao belo filme *Lição de Amor*, de Lauro Escorel, adaptação do romance *Amar, verbo intransitivo* de Mario de Andrade.

censo para a então capital da república<sup>16</sup>. Dados o peso e a importância do Rio no contexto nacional, tais ocorrências acabariam por minar a representatividade e a credibilidade do levantamento, como um todo, e por reduzir drasticamente o interesse por seus resultados.

Na única publicação específica de que dele se tem notícia (Sinopse de 1904), a população foi desagregada por sexo e idade. Além dessa desagregação, dispõe-se apenas de dados esparsos sobre nacionalidade, estado civil e alfabetização publicados no Anuário Estatístico. É, pois, de forma acanhada, vaga e incompleta que, na virada do século XX, a imagem da população brasileira aparece refletida no censo demográfico.

Por sua vez, o 4º censo demográfico marcado para 31 de dezembro de 1910 deixou de ser realizado, por motivos de ordem política. Rompido o pacto de alternância do poder que caracterizava a “política do café com leite”, os anos de 1909 e 1910 assistiriam a uma acirrada disputa pela Presidência da República. Vitoriosa a candidatura de Hermes da Fonseca, este se defrontaria, nos primeiros meses de seu mandato, com o levante conhecido como a revolta da Chibata. Num clima de crise militar e convulsão política, em que o governo recorreu ao estado de sítio, o decreto do 4º Censo, firmado pelo Presidente Nilo Peçanha, não chegou a sair do papel.

## **2.4.O censo de 1920**

Decorridos quase vinte anos desde a realização do último censo no país, era grande a expectativa gerada em torno do censo de 1920. O Brasil se preparava para os festejos comemorativos do 1º Centenário da Independência. Sua capital vinha de ser remodelada, mediante a forte intervenção urbanística promovida pelo Prefeito Pereira Passos, visando a transformá-la na “Paris dos Trópicos”.

A tentativa de mostrar ao mundo que o Brasil se ombreava com as nações civilizadas da Europa e com os Estados Unidos, visível no modo como foram

---

<sup>16</sup> Previsto inicialmente para 1905, o censo do Distrito Federal acabou se realizando em 1906.

divulgadas as reformas urbanas e higienistas da cidade, ficaria, entretanto incompleta, se não fossem evidenciadas as mudanças econômicas operadas no país. A nova imagem do Brasil no exterior deveria firmar-se também pela pujança de suas riquezas naturais, por sua agricultura e por sua indústria nascente. Com esse objetivo, acoplavam-se pela primeira vez ao censo demográfico os censos agrícola e industrial<sup>17</sup>.

O registro dessa gigantesca operação foi feito em 24 volumes, que englobavam os resultados relativos à população e às atividades agrícolas e industriais para Brasil, Estados e Distrito Federal. A estes se acrescentou, ainda, um volume especial, de caráter introdutório, contendo uma descrição dos aspectos físicos do país, uma análise do povo brasileiro e de sua evolução assinada por Oliveira Vianna, estudos sobre a fauna e a flora brasileiras, um histórico dos levantamentos estatísticos até então levados a efeito e o detalhamento de todas as etapas do recenseamento de 1920, aí incluindo seus custos e a propaganda por ele adotada.

Por sua cobertura e pela ampla divulgação de seus resultados, a operação do censo ao mesmo tempo em que revela o significado que lhe foi atribuído, como prioridade do governo, revela, ademais, a presença de uma burocracia já consolidada no aparelho de estado, com vistas ao mapeamento e à mensuração dos fenômenos sociais.

Coube, em grande medida, a esta burocracia, pelo prestígio e autonomia de que desfrutava, a introdução de três mudanças no perfil traçado pela população no censo. A primeira, afinando-se aos ideais republicanos e ratificando a separação entre Estado e Igreja, correspondeu à supressão do quesito *religião*. Sua justificativa apoiava-se “no caráter sintético” dos levantamentos censitários e seguia o modelo adotado pelo *Bureau of the Census* americano. Esta seria, aliás, uma das muitas citações presentes na documentação censitária, denotando a forte influência exercida por aquele órgão no campo das estatísticas brasileiras<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> A intenção de se implementarem os censos econômicos já fora sinalizada no regulamento que acompanhava o decreto 7931, de 31 de março de 1910, relativo ao censo de 1910. Este dispunha, em seu Art.6º que “conjuntamente com o recenseamento da população, proceder-se-á a uma investigação sumária dos elementos econômicos do país” (Legislação básica dos recenseamentos de 1910 e 1930, Documentos censitários, série A, no 5, p. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1953).

<sup>18</sup> A mais eloqüente de todas talvez seja a afirmação do então responsável pela Diretoria de Estatística, Bulhões de Carvalho, de que “tanto na lei apresentada ao Congresso Nacional, como nas instruções ulteriores para a execução do recenseamento de 1920, utilizou-se a Diretoria de Estatística - adaptando ao nosso meio - da experiência e dos ensinamentos dos Estados Unidos, país de extensão muito semelhante à do Brasil, onde, com brilhante êxito, têm sido levadas a efeito, durante mais de 100 anos, numerosas operações de caráter censitário” (Recenseamento do Brasil 1920, Volume Introdução, p.491).

“O estudo estatístico das diversas confissões exorbita do caráter sintético que devem ter as investigações do recenseamento geral da população, parecendo que deve ser antes objeto de um inquérito especial, capaz de revelar o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade de seus interessantes aspectos. É esse o critério adotado na América do Norte, onde em março de 1918 ficou concluído o último censo decenal das corporações religiosas efetuado pelo sistema de correspondência direta entre o “Bureau of the Census” e os representantes dos diversos cultos professados naquela República” (Recenseamento do Brasil 1920, Volume Introdução, p 489).

A segunda modificação foi a eliminação do quesito *cor*. Já prevista nas instruções do censo de 1910 que, como mencionamos antes, não chegou a ser realizado, tal procedimento parece coadunar-se com o esforço republicano de apagar os vestígios deixados pela escravidão. Poderia também ser creditado, em parte, “ao incomodo causado pela constatação de uma população crescentemente mestiça, quando as teses explicativas do Brasil apontavam para os limites que [a miscigenação racial] colocava à realização de um ideal de civilização e progresso” (Botelho, 1998,196)<sup>19</sup>. Nos termos dos responsáveis pelo censo, contudo, o quesito teria sido omitido em razão da dificuldade em se obter respostas fidedignas:

“A supressão do quesito relativo à cor explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todas as partes do Brasil, e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originária da raça a que pertencem” (Recenseamento do Brasil 1920, Volume Introdução, p 488-9).

A terceira mudança incluída no censo traduziu uma nítida preocupação com a divisão social do trabalho e se explicitou numa definição bem mais precisa da categoria *profissão*. Ao contrário dos censos anteriores, onde as profissões eram declaradas a partir de um quesito aberto, o esforço do censo de 1920 foi o de classificar as profissões em grupos mais ou menos homogêneos.

Para tanto, recorreu a um elaborado quadro de divisões e subdivisões de atividade, que deixava transparecer o intuito de tornar compatíveis seus resultados com os dos censos econômicos que se realizavam simultaneamente. Tomando como ponto de referência a “matéria prima”, o esquema classificatório distinguia inicialmente duas grandes esferas de atividade: (1) a *produção de matéria prima* (agricultura,

pecuária, caça e pesca, extração vegetal e mineral) e (2) *a transformação e o emprego de matéria prima* (indústria, transporte e comércio). Uma terceira esfera de atividade (3) *a administração e as profissões liberais* era desagregada em: força pública (exército, armada, polícia e bombeiros), administração (pública e privada) e profissões liberais (religiosas, judiciárias, médicas, magistério, ciências letras e artes). Por último, sob a rubrica residual (4) *diversas*, elencavam-se as pessoas que viviam de renda, as ocupadas no serviço doméstico, as que tinham profissões mal definidas e as sem profissão.

Com base nessas 4 divisões e em suas 22 subdivisões, definiam-se 46 grupos de profissões e procedia-se a uma enumeração em três dígitos das profissões. Assim, por exemplo, a profissão de *tamanqueiro* (nº 344) estava incluída no 13º grupo de profissões (vestuário e toalete); classe 4 (aplicação da matéria prima); subdivisão 2 (indústria) e divisão 2 (transformação e emprego de matéria prima). Por sua vez, *capitalistas* (892) e *proprietários* (894) formavam com *aposentados* (893) e *pensionistas* (895), o 43º grupo de profissões e a subdivisão 8, correspondentes às *pessoas que vivem de suas rendas*<sup>20</sup>.

Avançava, pois, o censo de 1920 na configuração de uma matriz econômica que, com algumas modificações, perdura até hoje e que tem na identificação e diferenciação de setores de atividade o vetor básico para a classificação das ocupações.

Analisando, de maneira conjunta, os censos correspondentes ao Brasil Imperial e às primeiras décadas da chamada República Velha, é possível observar as mudanças que eles projetam na imagem da população. A diferenciação que acompanhava esta imagem no primeiro censo - dada pela condição civil e pela separação entre homens livres e escravos - desaparece e é substituída, nos censos de 1890 e 1900, por outras divisões que apontam para a preocupação com as marcas da escravidão e com a aculturação dos imigrantes. Já a partir do censo de 1920, uma nova tendência começa a se delinear: a de se conferir um peso cada vez maior à divisão social do trabalho, ampliando-se e aprofundando-se o exame da inserção da população no processo produtivo.

---

<sup>19</sup> Como demonstram as referências de Oliveira Vianna às raças inferiores, presentes em seu estudo sobre a evolução do povo brasileiro, incorporado ao volume introdutório do Recenseamento Geral de 1920.

<sup>20</sup> Sobre esta classificação das profissões, ver Recenseamento do Brasil 1920, volume I, Anexos, p. 79-88.



### **3. A imagem da população nos censos de 1940 a 1970: o foco sobre as migrações internas, a inserção econômica e as condições de vida da população**

#### **3.1. O censo de 1940**

Os acontecimentos que culminariam na revolução de 1930 impediram que o censo previsto para aquele ano fosse realizado. Assim, nossa análise dá um salto de 20 anos e se volta para o censo de 1940. Estamos em pleno Estado Novo (1937-1945), período que corresponde à ditadura Vargas e tem por características políticas principais o fechamento do Congresso, a designação de interventores nos estados da federação, a atrelagem dos sindicatos à tutela do Estado e a outorga de uma constituição em moldes fascistas.

No campo econômico, assiste-se ao avanço da industrialização por substituição de importações, que se iniciara nos anos 1930. Beneficiando-se da política de salvaguarda dos preços do café, que sustentou a renda e a demanda do setor agroexportador da economia e da impossibilidade de ter essa demanda atendida por meio de importações, em decorrência da crise de 29 e, posteriormente, da 2ª guerra mundial, o Brasil pavimentava o caminho para a produção interna de bens de consumo<sup>21</sup>.

A ação do Estado seria decisiva nessa etapa da industrialização, materializando-se em políticas de câmbio, juros, crédito e salários (inclusive na fixação do salário mínimo urbano, em 1940) que, em conjunto, traduziam o propósito de controlar os preços, em benefício da acumulação industrial. Ademais, passava o Estado a intervir diretamente como agente produtivo, viabilizando a infra-estrutura necessária ao investimento industrial e fornecendo-lhe bens e serviços subsidiados.

Ao mesmo tempo em que assumia este papel central na economia, o Estado consolidava sua burocracia civil e militar<sup>22</sup>, ampliando seu raio de ação e seus

---

<sup>21</sup> Argumento desenvolvido por Furtado em sua obra clássica *Formação Econômica do Brasil*. Cf Furtado (1964).

<sup>22</sup> Esse processo de centralização política pode ser exemplificado pela abertura de ministérios: Educação e Saúde Pública (1930); Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941);

mecanismos de controle social, mediante o reaparelhamento das forças armadas, o alargamento da base tributária e a extensão de sua responsabilidade nas esferas de educação, saúde, trabalho e previdência social (Consolidação das Leis Trabalhistas e da Previdência Social). Exercia, também, forte ingerência no campo das ciências, letras e artes e fazia intenso uso da propaganda e do rádio, buscando transformar sua voz na “voz do Brasil”.

Nesse processo de mudança, impulsionado e conduzido pelo Estado, inscrevia-se, ainda, um projeto de ordenamento e gestão do território, visando a corrigir a assimetria socioeconômica que marcava o espaço territorial do país. Tema recorrente do pensamento político dos anos 1930 e 40, a “marcha para o oeste” - ocupação de espaços vazios, pelo deslocamento do litoral para o interior - portava o sentido da integração nacional. Na retórica oficial, ele permitiria fixar povoações em áreas menos atingidas por flagelos (como a seca), substituir a imigração estrangeira pela colonização nacional, além de evitar a ameaça de uma excessiva aglomeração nas grandes cidades (Otávio Velho in Penha,1993:58).

É nesse contexto de centralização política e econômica que se dá a criação do IBGE (1938) e é ele que explica, em grande medida, a importância estratégica atribuída à produção das estatísticas demográficas e econômicas, à pesquisa geográfica e ao mapeamento do território<sup>23</sup>.

A ele pode ser creditado, também, o gigantismo do recenseamento geral de 1940 que, mesmo levado a efeito durante a guerra, incluiu nada menos do que sete levantamentos: demográfico, agrícola, industrial, comercial, de serviços, de transportes e comunicações, e social. E a ele se associam, ainda, alguns dos novos traços impressos pelo censo ao perfil da população. A começar pela desagregação dessa em população urbana, suburbana e rural<sup>24</sup> que, combinada à informação relativa à *naturalidade*, se adequava aos propósitos de mensurar a ocupação do espaço territorial e estabelecer a origem e o destino dos fluxos migratórios internos.

---

órgãos diretamente ligados à Presidência da República: Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938); Conselho Nacional de Águas e Energia (1939); órgãos de regulamentação da produção: Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Pinho, Instituto do Mate, Instituto do Sal; empresas de economia mista: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia do Vale do São Francisco (1945).

<sup>23</sup> Sobre o tema, ver Penha (1993).

<sup>24</sup> A introdução de tal quesito foi precedida pela aprovação do decreto 311 de 2/2/1938 que obrigava os municípios a elaborarem mapas referentes a suas áreas de jurisdição, com a especificação dos limites municipais e interdistritais e com a demarcação dos quadros urbano, suburbano e rural. Desde a origem, portanto, foi um critério eminentemente jurídico-administrativo que prevaleceu na definição das categorias rural, suburbano e urbano para fins censitários, dando margem a questionamentos e polêmicas que se sustentam até hoje.

Duas outras linhas de investigação abertas pelo censo de 1940 estavam claramente associadas ao papel do Estado na criação de mecanismos de assistência pública e de controle social: a primeira buscava identificar a parcela da população coberta por seguro social – privado ou público, distinguindo, ainda, os contribuintes da Previdência Social, por tipo de benefício, enquanto a segunda indagava sobre a filiação sindical.

Ainda em consonância com a presença do Estado na economia, mas atendendo igualmente a recomendações de órgãos internacionais, o censo de 1940 lança um foco bem maior sobre o modo de inserção da população no processo produtivo. Esse se explicita na introdução do quesito referente à *posição na ocupação*, distinguindo *empregadores, empregados, trabalhadores por conta própria e membros da família sem remuneração*, distinção chave para a elucidação das diferentes relações de trabalho presentes na economia; na separação entre *classes de atividade e ocupação*; no desdobramento desta última categoria em *ocupação principal e secundária* e na enumeração de *pessoas com remuneração direta ou indireta*.

A investigação do número de pessoas remuneradas, a que se segue, pela ordem do questionário, uma investigação da *propriedade imobiliária*, (rural, urbana, rural e urbana) parece sugerir, também, o uso dos censos para fins de cadastramento tributário.

Por sua vez, a presença de estrangeiros no país, que à época ganharia maior visibilidade com o afluxo de refugiados de guerra, faria com que no censo de 1940 fossem reinseridos três quesitos abordados somente pelo censo de 1890: a *naturalidade paterna*, a *naturalidade materna* e a *língua falada* no domicílio. Indagava-se de todas as famílias se o português era a língua correntemente falada no lar e, em caso de não o ser, qual a língua alternativa. Era, pois, por meio da uniformidade lingüística que se reproduzia e atualizava, meio século depois, a preocupação com o grau de aculturação dos imigrantes e com indesejáveis obstáculos ao projeto de construção de uma nação “onde todos falam a mesma língua, têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território” (Getúlio Vargas, in Penha 1993:57):

**“A condição de falar ou não correntemente o português, de par com a de usar habitualmente essa língua ou outra, no lar, associa-se à classificação segundo nacionalidades e países de naturalidade, oferecendo dados bastante expressivos sobre as condições de assimilação da população estrangeira fixada no Brasil e de seus descendentes diretos” (Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940, Nota Prévia, p, XXIII, grifos nossos)**

A exemplo do que ocorrera no censo de 1890, voltariam à cena, em 1940, os temas da fecundidade e da prolicidade, indagando-se, desta feita, o número de *filhos*

*nascidos vivos*, o número de *filhos nascidos mortos*, os *filhos vivos* na data do recenseamento e a *idade do recenseado na data de nascimento do primeiro filho*.

Por fim, há que registrar o caráter precursor do recenseamento de 1940 no que diz respeito às condições de moradia da população. Muito embora não seja possível cruzar as informações contidas no boletim da família (censo demográfico) com as do boletim de domicílio (censo predial-domiciliário)<sup>25</sup>, este contemplava uma série de aspectos relevantes para a definição do padrão habitacional da população. Assim, examinavam-se: o *tipo de construção do domicílio* (alvenaria, madeira ou outro material); a *condição de ocupação* (próprio, alugado ou outra); o *valor do aluguel*, caso o domicílio fosse alugado; o *número de cômodos* e o *número de dormitórios*, além da existência de *canalização de água*, *iluminação elétrica* e *aparelho sanitário*.

### 3.2. O censo de 1950

Dez anos depois, o censo de 1950 teria lugar numa conjuntura político-econômica bastante diversa. Como assinala Mendonça, “os anos compreendidos entre o fim do Estado Novo e o segundo Governo Vargas representaram um interregno para as tendências estatizantes até então vigentes no campo da economia, em nome da euforia democratizante” (Mendonça:1993,249), que se seguiu à promulgação da Constituição de 1946, restaurando a independência dos três poderes, a autonomia de Estados e Municípios e as eleições diretas.

Num momento em que a guerra fria se intensificava e cresciam as pressões para o alinhamento do Brasil à política americana, grupos internos partidários da integração do país ao livre comércio se rearticulavam e jogavam contra a montagem da indústria pesada no país. Nessa nova correlação de forças, o projeto industrializante e a própria ação do Estado se apequenam.

Como que seguindo o mesmo movimento, apequena-se, também, o conteúdo temático do censo demográfico de 1950. Em comparação com o anterior, o corpo do questionário se reduz de 45 para 25 perguntas. O corte atingiu os quesitos relativos a: *deficiências físicas; naturalidade paterna e materna dos recenseados; data de fixação*

---

<sup>25</sup> “A principal conexão entre o censo predial –domiciliário e o demográfico é representada pela especificação do número de habitantes recenseados em cada domicílio, constante da

*de residência dos estrangeiros no país; sindicalização; propriedade dos imóveis; previdência social e seguros privados; idade do recenseado na data de nascimento do primeiro filho; número de pessoas que recebiam instrução segundo local da instrução; número de pessoas habilitadas em arte e ofício; número de pessoas auferindo remuneração.*

O censo manteve a pergunta sobre a *língua falada no domicílio* alterando, porém, o modo como havia sido feita em 1940. Quando da apuração do censo de 1940, verificou-se que muitas pessoas haviam confundido a expressão *falar correntemente* o português com *falar corretamente* o português, razão pela qual, no censo de 1950, se substituiu o advérbio por *habitualmente*. Entre um e outro censo se revela, ademais, uma mudança no foco da investigação do quesito *língua falada no domicílio*. Se antes ela se voltava prioritariamente para medir o grau de aculturação dos imigrantes, agora procura alcançar as populações indígenas. Assim, quando da divulgação dos resultados, a documentação censitária ressalta que “a apuração evidencia a existência de núcleos aborígenes que, embora em contato com os civilizados, conservam o uso da língua nativa” (*Censo Demográfico de 1950 Brasil*, p. XIX).

Não obstante seu “enxugamento”, o censo ajudaria a produzir novas configurações para a população. Confirmando a tendência a um detalhamento maior da inserção econômica dos agentes no processo produtivo e atendendo às normas do Comitê do Censo das Américas e da Comissão de População das Nações Unidas, o censo apresentaria, pela primeira vez, resultados referentes a *Pessoas Economicamente Ativas*<sup>26</sup>. Para tanto procedeu a uma separação entre *afazeres domésticos* e *ocupação*, com o que o trabalho não remunerado, efetuado dentro da unidade doméstica, deixava de ser visto como ocupação. Sob influência da Contabilidade Social, que, em nível internacional, ganharia corpo no pós-guerra, começava, naquele momento, a se esboçar no censo uma representação de trabalho que privilegiava o trabalho remunerado e, inversamente, omitia e tornava invisível o trabalho não remunerado, realizado sobretudo por mulheres, na unidade doméstica.

Outra nova imagem populacional refletida pelo censo de 1950 guardaria relação com as migrações internas verificadas ao longo da década de 1940. Aqui

caderneta do agente recenseador” (Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940, Nota Prévia, p. XXX).

<sup>26</sup> De acordo com as instruções do censo, “entendem-se como economicamente ativas todas as pessoas ocupadas, exclusive as que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, sem possuírem ocupação suplementar em outro ramo de atividade. Excluíram-se também as pessoas classificadas no ramo condições inativas, compreendendo, além de desempregados, aposentados, pensionistas, detentos, as pessoas que viviam exclusivamente de rendas” (*Censo Demográfico de 1950*, p. XXIII). Enquanto as pessoas em afazeres domésticos são ainda hoje classificadas como inativas, os desempregados seriam, posteriormente, incorporados à população ativa.

convém lembrar que apesar do pensamento das elites intelectuais dos anos 1930 e 40 e da política de colonização da era Vargas terem preconizado o deslocamento de populações para o interior, simbolizado pela “marcha para o oeste”, foram inexpressivos os resultados alcançados nesse sentido. Mantendo-se inalterada a estrutura fundiária e perpetuando-se as dificuldades de acesso à terra e ao trabalho no campo, acentuadas ainda pelas secas e por outros fenômenos climáticos adversos, o que se viu, na verdade, foi um imenso crescimento do fluxo de migrantes de origem nordestina em direção ao Sudeste.

Na então capital da república, pressionados pelos altos custos de moradia e pelos baixos níveis de remuneração, teriam esses migrantes poucas alternativas de habitação além da de ocuparem as encostas de morro e outras áreas devolutas, adensando as favelas que, ao final do século XIX, começaram a surgir no Rio.

As lentes do censo 1950 captariam a importância e a vitalidade desse fenômeno urbano. E, pela primeira vez, seria feita uma divulgação, em separado, das informações por ele coletadas sobre a população favelada:

“Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos de favelados, o acerto de medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações. Eis a razão porque o VI Recenseamento Geral do Brasil tomou a iniciativa de apurar separadamente os dados do censo demográfico referentes às favelas do Distrito Federal, oferecendo assim a todos os interessados os elementos básicos sobre aqueles aglomerados urbanos. Os dados das populações investigadas atinentes a 58 núcleos residenciais reconhecidos, no consenso público, por seus aspectos típicos, como favelas, confirmam os elementos colhidos em inquéritos anteriores [levantamento feito pela Fundação Leão XIII e pela Prefeitura do Distrito Federal, respectivamente em 1947 e 1948] e revelam uma coletividade de baixo teor de vida” (As Favelas do Distrito Federal o Censo Demográfico de 1950. Documentos Censitários Série C – Número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, p.12).

Tal procedimento seria reproduzido e ampliado nos censos seguintes dando conta de um novo recorte populacional e de um novo território para a pobreza urbana. No registro censitário, afirmava-se, desde então, uma sinonímia entre favela e pobreza urbana, a mesma que mais tarde viria a se refletir nas teorias da marginalidade e nas políticas públicas que, sob as óticas antagônicas da remoção ou da urbanização, tentariam solucionar o “problema” por ela criado.

### 3.3. O censo de 1960

O aprofundamento de quesitos mais de perto associados ao padrão diferencial de vida da população conformaria a pedra de toque do Censo de 1960. E não sem razão de ser. Durante os anos 1950, o Brasil experimentara um vigoroso processo de crescimento econômico. Em seguida à retomada do processo de industrialização, de cunho nacionalista e estatizante do 2º governo Vargas (1951-1954), a gestão Kubitschek (1956-1961) empreenderia um ambicioso projeto desenvolvimentista, que comportava a transferência da capital para Brasília e lançava as bases para a consolidação da indústria pesada no país.

Em tempo recorde e com a entrada de maciças inversões do exterior, a política econômica do governo logrou articular e harmonizar os interesses da empresa estatal (bens de produção e infra-estrutura básica), da empresa privada estrangeira (bens de consumo duráveis, especialmente indústria automobilística), da empresa privada nacional (bens de consumo não duráveis) no tripé em que se assentaria a nova etapa de acumulação de capital no país. Tendo a indústria como eixo dinâmico, o Brasil tentaria o “salto de 50 anos em 5” e exibiria, no período 1956-61, elevadas taxas de crescimento econômico.

Começavam, porém, a se tornar visíveis os sinais de que o progresso econômico não era garantia, por si só, de progresso social. O êxodo rural, a insuficiência de postos de trabalho no pólo industrial e a marginalização de populações nos centros urbanos eram provas de que os benefícios do crescimento estavam longe de ter alcançado a todos. Assim, a euforia desenvolvimentista cedia lugar, em parte, à preocupação com os desequilíbrios - sociais, setoriais e regionais - presentes na economia e na sociedade brasileira.

Sem estabelecer uma relação mecanicista, é possível afirmar que certas inovações no corpo do questionário do censo de 1960 buscavam captar a dimensão de alguns daqueles desequilíbrios.

A começar pelo levantamento de renda. Depois da mal sucedida tentativa de 1890, o censo de 1960 foi o primeiro a indagar e obter resultados sobre rendimento pessoal. E o fez contrariando a visão prevalecente em diversos organismos internacionais de estatística de que censos não seriam inquéritos apropriados para este tipo de investigação. É razoável pensar, portanto, que a introdução do quesito tenha respondido sobretudo a preocupações internas com os contrastes sociais e, em especial, com a pobreza que se adensava nos centros urbanos do país.

Complementando a informação de renda, o censo de 1960 traria novos subsídios para a análise dos ativos familiares, diferenciando os domicílios por tipo de construção (improvisados e permanentes e, dentre esses, rústicos e duráveis); forma de abastecimento d'água (rede geral, poço ou nascente, com ou sem canalização interna, outra); instalação sanitária (rede de esgoto, fossa séptica, fossa rudimentar, outra), e utilidades domésticas (fogão, rádio, geladeira e televisão). Propiciando um cruzamento maior e mais detalhado das características de domicílios e de pessoas, abriu caminho para que indicadores viessem a ser elaborados, espelhando a desigualdade de padrões habitacionais da população em termos de tamanho e densidade domiciliar, separação de funções, acesso a serviços públicos e disponibilidade de bens duráveis .

O censo seria, ainda, pioneiro na abordagem das migrações internas ao indagar aos não naturais do município: a situação (rural ou urbana) e o local (unidade da federação ou país) do domicílio anterior e o tempo de residência no município. Buscando reconstituir a origem e o destino dos fluxos migratórios, o censo não deixava, também, de trazer à tona a questão dos desequilíbrios setoriais e regionais. Como explicar, a não ser pela constatação destes desequilíbrios, o maciço êxodo rural/urbano, bem como o imenso contingente de nordestinos - “paraíbas”, “paus-de-arara”, “severinos” - que se concentrava, agora, em favelas e periferias do eixo Rio-São Paulo?

Duas ordens de mudanças, introduzidas pelo censo de 1960, merecem ainda ser ressaltadas. A primeira refere-se à investigação do padrão de nupcialidade da população. Seguindo o alerta do grande demógrafo G. Mortara de que “muitas incertezas na determinação do estado civil estão ligadas com a existência de uniões livres”(citado in *A População...*, IBGE, 1958, p. VIII), o censo abriria duas novas opções de resposta para o quesito estado conjugal: a de pessoas separadas e a de pessoas em união consensual estável. Assim, mesmo que de forma disfarçada - a união consensual era explicitada apenas no manual de instrução e não no corpo do questionário, onde aparecia como outra -, o censo reconhecia situações de fato existentes e não somente aquelas regidas por normas civis ou religiosas. Ademais, inquiria de todas as pessoas casadas o ano de início da união.

A segunda ordem de inovações remete à inserção econômica das pessoas. Em comparação com o censo de 1950, o de 1960 substitui o conceito de ocupação principal pelo de ocupação habitual (ou seja, a que a pessoa exerceu durante mais tempo no ano) e toma por base dois períodos de referência: o ano (ao qual se associam os quesitos ramo de atividade e posição na ocupação) e a semana. No caso da semana, indaga à pessoa se estava exercendo a ocupação habitual (a mesma ocupação declarada para o ano), outra ocupação ou se estava desempregada. Com



isso, o fenômeno do desemprego é destacado, pavimentando-se o caminho para a posterior incorporação da categoria desempregados à população economicamente ativa. Por fim, o censo procede a uma nova desagregação de *posição da ocupação*, discriminando os *empregados em públicos e particulares* e introduzindo a categoria de *parceiro ou meeiro*<sup>27</sup>.

### 3.4. O censo de 1970

O censo de 1970 seria realizado em pleno “milagre econômico”, no auge do ciclo autoritário que se instala no país a partir de 1964 e se estende pelas duas décadas seguintes.

Combinando repressão política, controle social e dinamismo econômico, o modelo de desenvolvimento implantado pelo regime militar se voltava para os objetivos de garantir a segurança nacional, conter as demandas sociais por reformas e fazer do país uma nova “potência econômica”. A estabilidade social seria alcançada com o desmantelamento das organizações populares, a paralisação do protesto social, o enfraquecimento dos partidos políticos, sindicatos e outras instituições de representação e uma progressiva ocupação do espaço organizacional e decisório pelo aparato militar-burocrático. Por sua vez, o dinamismo econômico seria dado por via de uma crescente integração da economia ao sistema capitalista mundial, promovendo-se a entrada de capitais externos no país, bem como a associação entre empresas nacionais e estrangeiras em setores de ponta da indústria.

Nesse processo de expansão e “internacionalização do mercado” (Cardoso, 1973), controlavam-se os salários de base, em particular o salário mínimo, ao mesmo tempo em que se favorecia a ampliação do leque salarial e a mobilidade

---

<sup>27</sup> Importa salientar que muitas destas mudanças e ampliações no corpo do questionário foram permitidas graças a uma outra inovação, trazida pelo censo de 1960. Referimo-nos, aqui, à técnica de amostragem aplicada, pela primeira vez, na coleta de informações. Desde então, os censos demográficos brasileiros adotam dois instrumentos de coleta, o Boletim Geral, destinado a pessoas residentes em domicílios particulares ou coletivos não selecionados para as indagações da amostra e o Boletim da Amostra, destinado a pessoas residentes em domicílios particulares ou coletivos selecionados para as indagações da amostra. Tal amostra

dos segmentos médios urbanos que formavam os novos quadros do setor público e dos setores associados ao capital internacional.

Por sua vez, devido à ampliação e à diversificação de suas funções, o aparelho de Estado passaria por um processo de modernização e racionalização administrativa. Nesse contexto se inscrevem as mudanças operadas no próprio IBGE como órgão central do sistema estatístico nacional.

A esse propósito, cabem alguns comentários. Em consonância com a doutrina de segurança nacional e com o peso atribuído ao planejamento, prioridade básica foi dada à produção e à sistematização de informações. Vultosos aportes de recursos financeiros e humanos foram alocados ao IBGE que teve reforçado seu papel de produtor e coordenador do sistema de informações e promoveu um alargamento substancial de suas pesquisas. *Pari passu*, os instrumentos de controle e censura então acionados atingiram também a informação produzida e divulgada no país. Era um tempo em que não se podia falar de “gatos” e quando deles se falava, recorria-se a uma linguagem metafórica que os transmutava em “felinos de quatro patas”.

É, pois, num quadro que reflete a tensão entre forças opostas, que combina mudanças, resistências, controle social e censura, que tem lugar o censo de 1970<sup>28</sup>.

Poucas foram as modificações introduzidas no perfil da população por ele delineado. Os acréscimos se concentraram sobretudo na divisão de trabalho da população e se traduziram por: (a) desagregação da categoria *desempregado*, distinguindo-se aqueles que procuravam trabalho pela primeira vez dos demais e indagando-se de todos o *tempo de procura de trabalho*; (b) especificação do número de *meses trabalhados* ao longo do ano para as pessoas exercendo ocupações vinculadas à agropecuária e à extração vegetal e do número de *horas semanais trabalhadas* para as pessoas exercendo ocupações próprias dos setores secundário e terciário da economia. Além destes acréscimos, haveria ainda um outro, dado pela inclusão de *automóvel* ao elenco de bens duráveis das unidades familiares.

---

correspondeu a uma fração equivalente a 25% do total de domicílios (nos censos de 1960, 1970 e 1980) e a 10% do total de domicílios (a partir do censo de 1991).

<sup>28</sup> É nesse quadro que ganha relevo a gestão, na presidência do IBGE, de um cientista social da envergadura do Prof. Isaac Kerstenetzky, buscando estabelecer a difícil ponte entre os limites impostos pelo regime autoritário e as demandas de informação que afloravam da sociedade. Uma ponte que ele procurou construir articulando quadros históricos do órgão a quadros da Universidade, fomentando convênios com centros nacionais e internacionais de pesquisa, estimulando a reflexão crítica dentro do IBGE, inovando seu escopo das pesquisas e metodologias. A criação do Projeto de Indicadores Sociais, simultaneamente à do Projeto de Contas Nacionais, e a implementação do Estudo Nacional da Despesa familiar (ENDEF) dão mostra do caráter precursor e da concepção integrada de sistema de informações que sempre caracterizaram o pensamento do Prof. Isaac. Sua abertura intelectual favoreceu abordagens multidisciplinares, impulsionou a combinação de métodos quantitativos e qualitativos na rotina de trabalho institucional; seu compromisso ético levou a que temas como pobreza e desigualdade fossem priorizados no âmbito dos estudos e levantamentos do órgão. Assim

Em contrapartida, foi suprimido do questionário o quesito cor. A esse respeito, assinala Costa (1974) que

**“uma preocupação com a qualidade do dado a ser obtido gerou ampla discussão sobre o tema. Nos pareceres emitidos pelos especialistas então consultados, encontramos uma preocupação com os critérios de classificação e com os termos referentes a cor que são utilizados. Constata-se a existência de múltiplas relações entre o critério de classificação e os termos empregados. Girando o problema em torno de como as pessoas se classificam e, em se classificando, que termos empregavam, a decisão adotada pelo órgão foi a de suprimir o quesito no censo de 1970” (Costa, 1974:99).**

O assunto seria retomado nos anos seguintes e, por iniciativa de técnicos do próprio órgão, introduziu-se, na PNAD 76, um suplemento especial onde o levantamento da cor foi feito por meio de dois quesitos: um fechado, com quatro opções de resposta (branca, preta, amarela e parda) e outro, aberto, com a instrução expressa de que o agente responsável pela coleta deveria reproduzir, textualmente, a cor designada pelo informante. Outros suplementos especiais, aplicados em 1982 e 1986, também procederam à investigação do quesito cor que, a partir de 1987, se integrou ao corpo do questionário da PNAD.

Se existe, porém um aspecto do censo que marcou o retrato da população brasileira no início dos 1970, este se associou, iniludivelmente, ao quesito renda. Com a divulgação dos primeiros resultados do censo, ao final de 1972, instaura-se no país uma grande controvérsia em torno da distribuição de renda<sup>29</sup>. Em confronto com os de 1960, os dados censitários de 1970 evidenciavam que a pobreza e a desigualdade haviam aumentado substancialmente durante a década e constituíam, em si mesmos, a mais contundente crítica à política econômica do governo. Desmontando o argumento de que era necessário “crescer para distribuir”, eles punham em relevo o caráter excludente do modelo de desenvolvimento adotado.

Em resposta, a retórica oficial acenaria com outros dados do censo, como os referentes à posse de bens duráveis – que experimentara uma expansão no período – para mostrar que o padrão de vida da população, como um todo, havia melhorado. “Esquecia”, portanto, uma das melhores lições deixadas pela economia clássica: a de que a oferta cria sua própria demanda. Ou, melhor dizendo, de que a produção cria não somente o produto; cria também a necessidade desse produto. No caso brasileiro, a produção de bens de consumo duráveis, um dos pilares sobre os quais se assentara a expansão econômica do período, soubera encontrar meios e modos (propaganda intensiva, “obsolescência precoce” dos bens, esquemas de financiamento) para garantir

---

sendo, o registro embora parcial de sua notável contribuição à pesquisa no Brasil aqui representa, acima de tudo, uma forma de homenagem.

<sup>29</sup> Para uma análise do contexto social e político desta controvérsia, das posições de seus agentes e das premissas, limitações e regras de legitimidade que a caracterizaram, ver Leite Lopes(1975).

sua demanda. Esta se deu tanto pela intensificação do consumo das classes médias e altas (criando a “necessidade” do segundo ou terceiro automóvel, televisão, aparelho de som etc. ou da troca anual do modelos), quanto pela extensão do consumo daqueles bens às classes populares, mesmo que condicionado a um endividamento de longo prazo ou ao sacrifício de necessidades essenciais como alimentação.

Em síntese, a controvérsia suscitada pelo censo serviria para revelar a outra face do milagre econômico: o crescimento não apenas fora incapaz de atenuar as dimensões da pobreza e da desigualdade, senão que, ao contrário, as acentuara.

A partir daí, mudanças introduzidas no aparelho de Estado dariam conta de que a preocupação com a determinação dos níveis de pobreza passava a se incorporar à agenda oficial do planejamento. A propósito, cabe lembrar ter sido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978) que, pela primeira vez, o social se explicita como objetivo específico. E que a orientação básica para os trabalhos na linha de Indicadores Sociais, que começavam então a ser produzidos pelo executivo federal, foi a de dar “prioridade àqueles destinados a medir as variações nos níveis de bem estar material e especialmente a situação de pobreza absoluta” (E.M. nº 005 do Conselho de Desenvolvimento Social de 15/6/1975, grifos nossos). Na linguagem oficial, os pobres passavam a ser definidos como sujeitos privilegiados da ação pública.

Resumindo, pois, os aspectos mais marcantes na configuração da população nos censos de 1940 a 1970, haveria que destacar: o deslocamento da questão das migrações – a preocupação com a aculturação dos imigrantes cedendo lugar à preocupação com a adaptação dos migrantes, sobretudo de origem rural, ao contexto urbano-industrial; a ênfase cada vez maior na divisão do trabalho; a explicitação dos diferenciais de renda e consumo, ou seja, do traço da desigualdade social presente na sociedade brasileira e, por fim, o foco sobre a pobreza como situação limite de desigualdade.

#### **4. A imagem da população nos censos de 1980, 1991 e 2000: a hora e a vez das demandas da sociedade civil organizada**

Aproximamo-nos, pouco a pouco, do presente. Depois de um lento e gradual processo de transição democrática, marcado por uma sucessão de greves e movimentos sociais; pela emergência de novos atores sociais, formas de organização popular e partidos no espaço público; pela mobilização histórica das campanhas das *diretas já* e da Assembléia Nacional Constituinte, da qual resultaria a promulgação da Constituição cidadã de 1988, o Brasil realizaria em 1989 suas eleições diretas para a Presidência da República, depois de um período de quase trinta anos. Virávamos uma “página infeliz de nossa história” para chegarmos aos nossos tempos.

Tempos de incertezas e perplexidades econômicas, trazidas pela crise dos anos 1980 e pelo processo de ajuste e reestruturação produtiva que se aprofundaria na década de 1990 e se estenderia até o momento presente. Tempos em que em nome da estabilidade, da desregulação, da privatização e da inserção internacional competitiva, se produzem efeitos particularmente perversos no mundo do trabalho: aumento do desemprego; retração do emprego formal e dilatação da economia informal; crescimento de ocupações precárias; redução dos níveis de cobertura previdenciária; nivelamento por baixo dos salários; manutenção de elevados índices de concentração de renda

Tempos de desafios políticos, de pluralidade de partidos, sindicatos e forças organizadas da sociedade civil, de enfrentamento de sucessivas crises de governabilidade, choques entre poderes e situações de risco que testam e reafirmam a consolidação da democracia no país. Mas deixam em seu rastro sinais de frustração com a cena política e de descrédito em seus atores e instituições.

Tempos de desigualdades que se acentuam e ganham maior visibilidade. No campo, pelo crescimento dos sem-terra e pela exacerbação das disputas fundiárias. Nas cidades, em especial nas metrópoles, pela multiplicação de sinais de exclusão e conflito social: acirramento das violências, participação cada vez maior de crianças e jovens no mundo da marginalidade, da mendicância e do crime; agravamento da luta pelo acesso à terra e à moradia, que deixa de se travar apenas nas favelas e loteamentos clandestinos para ocupar o espaço público das ruas, praças e viadutos.

Tempos em que se torna mais nítida a percepção das desigualdades sociais, seja pela expansão dos níveis de escolaridade, seja pela democratização da arena política, seja, ainda pela velocidade e alcance das novas tecnologias de comunicação.

Tempos, em suma, em que globalização, modernidade ou pós-modernidade, alta tecnologia e sofisticação de consumo se cruzam com situações-limite, como a

fome, fazendo com que a afirmação do Brasil como um país de contrastes pareça mais acertada do que nunca.

Em que medida essas mudanças se refletem no conteúdo dos censos de 1980, 1991 e 2000? Como afirmamos anteriormente, o primeiro dado a ressaltar é a amplitude do corpo dos questionários mais recentes. Qualquer que seja o ângulo a partir do qual focalizam a população - relações familiares, movimentos migratórios, atividades econômicas, padrões educacionais, condições de moradia - as lentes do censo procuram captar *de tudo um pouco mais*.

Assim, inaugura-se com o censo de 1980, reproduzindo-se nos censos posteriores, uma nova identificação das pessoas, na unidade doméstica, estabelecendo seu vínculo com o chefe ou pessoa responsável pelo domicílio e pela família. Ainda em 1980, introduz-se uma classificação dos domicílios por espécie de família - nuclear, estendida e composta.

No que tange à dinâmica demográfica, é nítida a preocupação dos três levantamentos com a fecundidade, tendo eles em comum a desagregação, por sexo, do número de filhos nascidos vivos, do número de filhos nascidos mortos e do número de filhos vivos na data do censo. Por outro lado, o crescimento do fenômeno de gravidez na adolescência, apontado por diversos estudos ao longo da década de 1990<sup>30</sup>, levaria a que, nos censos de 1991 e 2000, a investigação da fecundidade, que antes se limitara a mulheres de 15 anos e mais, passasse a cobrir as de 10 anos e mais.

Maior destaque, ainda, é conferido às migrações, que respondem por 8 quesitos no censo de 1980, 10 no de 1991 e 13 no de 2000. Sobre o tema, cabe ressaltar a incorporação, tanto ao censo de 1991 quanto ao de 2000, da pergunta sobre o *local de residência (unidade da federação ou país estrangeiro)*, há *exatos cinco anos*, de todas as pessoas maiores de cinco anos, discriminando-se a situação

---

<sup>30</sup> A esse respeito, indica Camarano (1998:120) que o aumento na fecundidade de mulheres na faixa dos 15 aos 19 anos, em oposição à redução que se observa nas demais faixas etárias, é um fenômeno praticamente universal, ocorrendo tanto em países em desenvolvimento, quanto em países da Europa ou nos EUA. Aponta a autora para sua forte incidência entre mulheres com menor grau de escolaridade e de renda, chamando, ainda, a atenção para os riscos dele decorrentes: maior probabilidade de mortalidade materna e infantil, e, no que diz respeito à morbidade, maior incidência de eclâmpsias, infecções urinárias, anemia. Por sua vez, a gravidez na adolescência está articulada a mudanças nos padrões de sexualidade e principalmente à antecipação da primeira experiência sexual. Pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde e realizada pelo CEBRAP, em nível nacional, indicou que enquanto em 1984 era de 14% a proporção de mulheres que tinham tido relação sexual antes dos 15 anos, em 1997 ela alcançou 32%. Dados oficiais revelam também que entre 1993 e 1998 teria aumentado em 50% o número de adolescentes grávidas de 10 a 14 anos atendidas pelo SUS. Em 1998, este número corresponderia a 32 mil meninas, ampliando-se para 600 mil, se considerada a faixa de 10 a 19 anos. Cf *Jornal do Brasil*, 21/09/99 e *O Globo*, 21/09/99.

(rural ou urbana) daquele local. Com isso, abriu-se a possibilidade de estudos sobre a mobilidade ocorrida em pontos fixos de tempo, garantindo-se maior precisão à mensuração dos fluxos intra e intermunicipais<sup>31</sup>.

Os três últimos censos avançam ainda na configuração dos padrões habitacionais da população brasileira. Amplia-se o elenco de bens duráveis arrolados no levantamento, com a entrada de equipamentos domésticos mais sofisticados (freezer e máquina de lavar, a partir de 1991; microcomputador, telefone, aparelho de ar condicionado e forno de microondas em 2000); investigam-se novas dimensões relativas ao grau de conforto e saneamento do domicílio (especificação de *banheiro* e de *destino do lixo* em 1991 e 2000); introduz-se um elemento crucial para a caracterização de favelas, loteamentos clandestinos e áreas de invasão: a *condição de ocupação do terreno* (1991 e 2000).

É inegável, porém, que a grande preocupação dos censos recentes diz respeito às condições econômicas da população, responsáveis por nada menos do que 22 quesitos em 1980, 16 em 1991 e 23 em 2000. Acompanhando as metamorfoses no mercado de trabalho que se processam ao longo das últimas décadas, os censos recentes buscam captar fenômenos como os do afastamento do modelo típico de emprego, do crescimento da informalidade e da precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, incorporam-se, entre outros, quesitos relativos a: ocupação principal e secundária (1980); número de salários anuais (1980); caracterização do *local de trabalho* (1991); desagregação de *posição na ocupação*, mediante a diferenciação do emprego no setor público, no setor privado e nas unidades domésticas (1991 e 2000); inclusão de novas categorias: *trabalhadores agrícolas volantes* (1980), *aprendizes ou estagiários sem remuneração* e *trabalhadores na produção para o próprio consumo* (2000); divisão interna da categoria *empregadores*, a partir do *número de empregados* que para eles trabalham (1991 e 2000); posse de *carteira de trabalho assinada* (1991 e 2000); *contribuição à Previdência Social* (1991 e 2000). Além desses, cabe mencionar o bloco especial de perguntas destinado à investigação do *trabalho infantil* (crianças de 5 a 9 anos), no censo de 1991, e a especificação maior de quesitos sobre remuneração nos três últimos censos.

Em poucas palavras, contrariando o argumento usualmente esgrimido por órgãos internacionais de estatística de que os censos devem ser um documento sintético, os censos de 1980 a 2000 promovem um alargamento substancial no corpo de seus questionários. Nesses, a imagem da população aparece retratada em múltiplas dimensões, como se cada um de seus traços devesse ser coberto e aprofundado.

---

<sup>31</sup> Ver a propósito a análise dos movimentos migratórios feita por Albuquerque (2001),

Aparentemente isso poderia soar estranho quando se sabe que ao longo das últimas décadas diversas pesquisas por amostragem e inquéritos especiais foram se agregando ao elenco de informações produzidas pelo IBGE<sup>32</sup> e por órgãos de planejamento subnacionais. Em que pese, porém, o concurso desses novos levantamentos, a verdade é que o censo continua a ser a principal fonte de informações demográficas e sociais para a maioria dos estados e municípios brasileiros. Considerando, ademais, o peso a responsabilidade atribuídos a estas instâncias administrativas pela Constituição de 1988, na reconfiguração do federalismo brasileiro, entende-se que estados e municípios exerçam uma forte pressão para incorporar suas demandas de informação ao censo. Afinal, os resultados deste constituem o vetor básico para o planejamento de suas ações nas áreas de emprego, habitação, educação, saúde e outras.

Seria, contudo, um reducionismo atribuir à relativa escassez de outras fontes de dados o alargamento do conteúdo temático dos censos recentes. A explicação, a nosso ver, remete principalmente ao campo político. A democratização e a descentralização política levadas a efeito no país nas últimas décadas acabaram por se traduzir também em um processo de democratização de informações, que ostenta uma dupla face: grupos e instituições sociais, os mais diversos, buscam, por um lado, garantir o acesso ao maior número de informações e, por outro, interferir na produção destas, exercendo pressões, junto aos órgãos de estatística, sobre *o que e como* perguntar.

Novos ou revigorados atores sociais, com peso e densidade política próprios, passam, assim, a influir no desenho das pesquisas estatísticas, projetando nestas suas demandas e reivindicações. Além das administrações estaduais e municipais, organizações não governamentais, associações de classe, entidades acadêmicas, igrejas, sindicatos e movimentos sociais organizados desempenham um papel

---

explorando os resultados desse quesito no censo de 1991.

<sup>32</sup> Este é o caso, por exemplo da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD), que anualmente investiga para Brasil, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas, características de pessoas, domicílios e mão de obra, além de introduzir, a cada ano, suplementos sobre temas específicos tais como rendimento, trabalho infantil, saúde, sindicalização, vitimização, entre outros; da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que levanta, para nove Regiões Metropolitanas, características de ocupação, emprego e rendimento; da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de periodicidade quinzenal, que levanta gastos realizados nas unidades domésticas com os diferentes bens e serviços que informam sua pauta de consumo. A essas, se agregaria, a partir de 1999, a Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC), investigando questões referentes à administração e finanças, oferta de serviços públicos e de equipamentos de infraestrutura, educação, cultura e saúde, existência de conselhos municipais etc. Há que mencionar também as pesquisas feitas por órgãos subnacionais, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada mensalmente pelo SEADE/DIEESE (São Paulo) em quatro regiões metropolitanas. Sobre as pesquisas do IBGE, ver o site e o catálogo institucionais e sobre as que são produzidas por agências estaduais ver Jannuzzi e Gracioso (2002).



importante nesse processo, que tem como um de seus resultados a ampliação da cobertura temática das pesquisas estatísticas.

Este novo traço trazido pela conjuntura política dos últimos vinte anos - a voz e a vez da sociedade civil - se explicita, de modo inequívoco, na formulação de diversos quesitos e categorias dos censos de 1980, 1991 e 2000.

A começar pelo quesito cor. Recorde-se, aqui, o papel decisivo que as pressões do movimento negro e da comunidade acadêmica exerceram para reintroduzir o quesito no censo de 1980, mesmo não tendo sido esse incluído no censo experimental de Taubaté (Cf Metodologia do Censo Demográfico de 1980, 1983, p.51). No censo de 1991, cerca de vinte organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro e de outras cidades lançariam a campanha “*Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom c/senso*”, tendo como objetivos principais:

“ - incentivar pessoas negras e mestiças a declarar sua cor para o censo de 1991: branca, preta, amarela, parda, indígena;

- transmitir uma imagem mais positiva da população negra e mestiça, contribuindo para a recuperação de sua dignidade, valorização de sua cultura e construção de sua cidadania;

- contribuir para que as informações do censo 91 indiquem as reais condições de vida atuais da população negra e mestiça”.

Contraopondo-se à ideologia do embranquecimento, o texto explicativo da campanha alertava “para a necessidade de programas sociais visando à melhoria das condições de vida das população negra e mestiça” e para o fato de que “se não nos contamos, eles não nos levam em conta”. E concluía afirmando que “o recenseamento é um retrato estatístico e social do Brasil e a população negra e mestiça tem que estar nessa foto”. Mais do que simplesmente introduzir um quesito no censo, tratava-se de problematizar a questão racial no Brasil e fazer do censo um instrumento de reivindicação política.

Na mesma direção, estaria a atuação de grupos sociais ligados a deficientes físicos ou mentais. Se, no censo de 1980, suas demandas deixaram de ser atendidas, nos dois seguintes é evidente o tratamento especial que eles recebem, investigando-se não apenas o número de portadores de deficiência (censo de 1991), mas procedendo-se a um alargamento semântico do conceito, de modo a mensurar diferentes graus de incapacidade (censo de 2000).

Importa ressaltar também a contribuição de grupos religiosos, da comunidade acadêmica e dos movimentos negros em prol da manutenção do quesito religião e de uma conceituação mais ampla e precisa dos diversos credos professados pela população brasileira. Sob sua influência, já em 1980, a classificação das respostas ao

questo aberto passava a compreender cerca de 30 religiões distintas<sup>33</sup>, conformando uma imagem completamente diversa daquela traçada pela censo de 1872, que, como mencionamos antes, distinguia apenas católicos de acatólicos. Vale registrar, também, ter sido necessário esperar mais de cem anos - e lutar contra muitos preconceitos - para que as religiões afro-brasileiras fossem finalmente reconhecidas no censo.

Por fim, entre as vozes que contribuíram para mudar a imagem da população nos censos, há que destacar a dos movimentos feministas. Denunciando a “falsa neutralidade” da informação estatística, tais movimentos vêm, desde meados dos anos 1970, chamando a atenção para o modo pelo qual os esquemas adotados nos levantamentos tendem sistematicamente a subestimar e obscurecer o papel da mulher na vida social.

A crítica mais contundente volta-se para o fato de que a noção de trabalho aí embutida desconsidera como tal as atividades usualmente desempenhadas pela mulher, na administração da unidade doméstica, na produção de valores de uso, na socialização de crianças e jovens e nos cuidados prestados a pessoas idosas ou incapazes, muito embora sejam estas atividades essenciais no quadro da reprodução social<sup>34</sup>.

Se hoje a revisão do próprio conceito de trabalho está em pauta em organismos internacionais como a ONU e se pesquisas sobre o uso do tempo - as que mais de perto retratam o trabalho “invisível” realizado pelas mulheres – se incorporam à agenda de diversos sistemas nacionais de estatística, muito disso deve ser creditado ao empenho dos movimentos feministas.

Nos censos brasileiros, alguns avanços já podem ser contabilizados, entre os quais o reconhecimento de que a chefia do domicílio ou da família pode ser desempenhada tanto por homens quanto por mulheres. Assim, no censo de 1980<sup>35</sup>,

---

<sup>33</sup> O quesito incorporava as seguintes respostas: católica romana; protestante tradicional (adventista, anglicana, batista, episcopal, exército da salvação, metodista, presbiteriana), protestante pentecostal (Assembléia de Deus, Brasil para Cristo, Congregação Cristã do Brasil, Cruzada Nacional de Evangelização), espírita kardecista (espírita científica, espírita cristã, racionalista cristã), espírita afro brasileira (candomblé, Tambor de Minas, umbanda), israelita ou judaica, oriental (budista, igreja messiânica, Secho-No-le, xintoísmo), outras (católica brasileira, islamita, mórmon, Testemunha de Jeová, ortodoxa, rosa cruz), sem religião.

<sup>34</sup> Sobre o assunto, ver Oliveira (2001).

<sup>35</sup> A esse propósito, vale a pena reproduzir as instruções referentes ao quesito nos censos de 1950 a 2000: 1950: Chefe de família - sem definição; Cônjuge - pessoa que constitui, junto com o chefe de família, o casal considerado “dono da casa”. 1960: Chefe de família – pessoa responsável pela família; Cônjuge – pessoa que vive maritalmente com o chefe, existindo ou não vínculo matrimonial. 1970: Chefe – pessoa responsável pela família; Cônjuge: pessoa que vive conjugalmente com o chefe da família, exista ou não o vínculo matrimonial. 1980: Chefe – o morador (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família, ou que assim o seja considerado pelas demais pessoas que ali residem; Cônjuge - o morador (homem ou mulher) que vive conjugalmente com o chefe do domicílio, ou da família, existindo ou não vínculo

admite-se, pela primeira vez, que a chefia feminina seja exercida não apenas na ausência do homem (como no caso de mulheres morando sós ou com filhos), mas também na presença de um cônjuge masculino. Na mesma direção, a mudança da categoria *chefe* para “pessoa responsável” (pelo domicílio ou pela família), introduzida no censo de 2000, longe de ser uma simples mudança semântica, reflete o esforço deliberado de romper com esquemas que reforçam e perpetuam discriminantes de gênero.

Em poucas palavras, movimentos da sociedade civil – de mulheres, negros, deficientes -, organizações não governamentais, igrejas e sindicatos passam a ter voz ativa como demandantes de informações e a influir na imagem da população projetada pelos censos. E se é verdade que, em outros momentos históricos, algumas dessas vozes já se faziam ouvir, é verdade também que com a consolidação democrática, suas reivindicações encontraram maior eco no aparelho do Estado.

Chegamos, assim, ao fim de nosso itinerário. Ao longo dele procuramos mostrar de que maneira as imagens da população brasileira vão sendo construídas e modificadas em nossos censos e quais os atores envolvidos nessa construção, lembrando com Besson que “as estatísticas não refletem a sociedade, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma”.

---

matrimonial. 1991: Chefe - pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família; Cônjuge – pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com o chefe do domicílio ou da família, existindo ou não vínculo matrimonial. 2000: Pessoa responsável – pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família, ou que assim seja considerada pelos demais moradores; Cônjuge, companheiro(a) – pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio ou pela família, existindo ou não vínculo matrimonial.

A leitura das instruções deixa clara a inflexão operada na forma de investigação do quesito. Assim, enquanto no censo de 1950, a chefia ou, melhor dizendo, a chefia masculina, era tomada como um “dado”, tornando inclusive supérflua sua definição, no censo de 1980 a instrução explicitava que a chefia poderia ser exercida indistintamente por homens ou mulheres. Entre os dois momentos, portanto, as mudanças operadas no contexto da família brasileira com a participação da mulher no mercado de trabalho, seu acesso a cursos e carreiras universitárias, a difusão do movimento feminista e o questionamento do papel subordinado da mulher, nos espaços público e privado acabaram por se refletir também na forma de levantamento do quesito. Caberia, porém, precisarem que momento se dá essa inflexão. Nossa hipótese era a de que até 1970, na presença do casal, a chefia nos censos permanecia sendo *necessariamente* um atributo masculino e a condição de cônjuge um atributo feminino, apesar de a definição de chefe corresponder a de “pessoa responsável pela família”. Para testá-la, foi solicitada uma tabulação com microdados dos censos de 1970 e 1980 para o estado de São Paulo, discriminando, por sexo, a condição de cônjuge. Os resultados falam por si mesmos: enquanto os do censo de 1970 apontaram para a inexistência de cônjuges de sexo masculino, os de 1980 registraram 21.750 homens nessa condição.

Não havendo, no Censo de 1970, nenhuma instrução que afirmasse a impossibilidade de existência de cônjuges masculinos, uma hipótese plausível é a de que tal condição fosse recusada no trabalho de coleta de campo ou de crítica de questionário. O que nos remete, portanto, ao ponto levantado na nota 8 deste trabalho, quando afirmávamos que nem sempre vale o que está escrito; vale também o que não está escrito.

## 5 - Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho. Movimentos migratórios internos no Brasil: características e estimativas 1981-1996. 2001. Dissertação. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Área de concentração em Estudos Populacionais). IBGE, ENCE, 2001.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_ ; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- A POPULAÇÃO no Brasil. Dados censitários – 1872/1950. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, 1958.
- AS FAVELAS no Distrito Federal e o censo demográfico de 1950. Documentos Censitários, Série C, N. 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, 47 p.
- AZEVEDO, Aloysio Villela de. *Os recenseamentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- BESSION, Jean-Louis (Org.). A ilusão das estatísticas. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BRASIL. Legislação básica dos recenseamentos de 1910 e 1930 / IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. 33 f. ( Documentos censitários, Serie A; n. 5 ) mimeog.
- CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.1.
- CARDOSO. Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- COSTA, Tereza Cristina N. Araújo. O princípio classificatório “cor”, sua complexidade e implicações para um estudo censitário, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 91-103, jul./set.1974.
- ESTEVES, Albino ( Org. ) Apontamentos históricos e extratos. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: EDUSP: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.
- FRAGOSO, João Luís ; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A política no império e no início da república velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord), *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,1964.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JANNUZZI, Paulo ; GRACIOSO, Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- LEITE LOPES, José Sergio. Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow, In TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* (2ª edição). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- METODOLOGIA do censo demográfico de 1980/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (Relatórios metodológicos, v.4).
- NADALIN, Sergio. *Por uma história da população brasileira*. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) . Um século de população brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/ENCE-IBGE, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira. Crítica à razão dualista. In: *Estudos CEBRAP 2*. São Paulo: CEBRAP ,1972.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti. Sistema integrado de indicadores de gênero: uma proposta de construção de um índice cultural de gênero. In: BUARQUE, Olga Maria F. ; RALPH, José Augusto. A condição feminina na sociedade brasileira: trabalho e educação. Rio de Janeiro: GTZ/UNIFEM/IBAM, 2001.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. ( Documentos para disseminação, Memória Institucional, 4 )

RECENSEAMENTO de 1920. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil . Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, Directoria Geral de Estatística, 1922. v. 1.

RECENSEAMENTO geral do Brasil 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950.

RECENSEAMENTO geral do Brasil 1950. Censo demográfico. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1953.

SENRA, Nelson de Castro. O censo no Brasil Império: inscrições à margem da coleta, da apuração e da divulgação. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Datilografado.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Imperio e de cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniaes até hoje. Rio de Janeiro: [IBGE], CNE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1951. ( Documentos censitários, Série B; n. 1)

TOLIPAN, Ricardo ; TINELLI, Arthur Carlos (Org.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar , 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. Cem anos pensando a pobreza urbana no Brasil. In: BOSCHIN, Renato R. (Org.) Corporativismo a desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

## 6 - ANEXOS

### QUADROS

**QUADRO 1: VARIÁVEIS INVESTIGADAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA E ÓRGÃO CENSITÁRIO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1872,1890,1900 E 1920**

**BRASIL**

VARIÁVEIS	ANOS			
	1872	1890	1900	1920
Nome	X	X	X	X
Sexo	X	X	X	X
Idade	X	X	X	X
Cor/raça	X (Branca, preta, parda e cabocla)	X (Branca, preta, cabocla e mestiça)	-	-
Lugar de residência/Condição de presença	X	X	X(Residente ou não no Distrito)	X(Presente, ausente, hóspede)
Relação com o chefe da casa	X	X	X	-
Religião	X (Católica, acatólica)	X (Católica: romana e ortodoxa protestante: evangélica, presbiteriana, outras seitas; islâmica; positivista, sem culto)	X(Cristã: católica, ortodoxa, protestante, islamita, israelita, outras, )	-
Alfabetização	X	X	X	X
Estado civil	X (Solteiro, casado e viúvo)	X (Solteiro, casado, viúvo e divorciado)	X(Solteiro, casado, viúvo e divorciado)	X(Solteiro, casado e viúvo)
Naturalidade	X	X	X	X
Nacionalidade	X	X	X	X
Profissão	X	X	X	X
Incapacidade física	X (Cego, surdo-mudo, aleijado, demente e alienado)	X (Cego, surdo-mudo, surdo, idiota ou aleijado)	X(Cego, surdo-mudo, idiota)	X (Cego, surdo-mudo)
Ano do casamento	-	X	-	-
Grau de parentesco no casal	-	X	-	-
Número de casamentos	-	X	-	-
Número de filhos	-	X	-	-
Número de filhos nascidos vivos	-	X	-	-
Número de filhos mortos	-	X	-	-



VARIÁVEIS	ANOS			
	1872	1890	1900	1920
Filiação	-	X (Legítimo, ilegítimo, legitimado ou exposto)	X (Legítimo, ilegítimo, legitimado ou exposto)	-
Nacional. paterna	-	X		
Nacional. materna	-	X	-	-
Ano de chegada ao Brasil (para estrangeiros)	-	X	-	-
Língua falada no domicílio	-	X	-	-
Instrução	-	X (Instrução secundária ou superior, diploma ou título científico, literário ou artístico)	-	-
Frequência à escola	X (População de 6 a 15 anos que frequenta ou não escola)	-	-	-
Condição civil	X (Livre e escravo)	-	-	-
Renda	-	X	-	-
Data de referência	1º de agosto de 1872	31 de dezembro de 1890	31 de dezembro de 1900	1º de setembro de 1920
Órgão censitário	Diretoria Geral de Estatística/ Secretaria dos Negócios do Império	Diretoria Geral de Estatística/ Ministério do Interior	Diretoria Geral de Estatística/ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas	Diretoria Geral de Estatística/ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

**QUADRO 2: VARIÁVEIS INVESTIGADAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA E ÓRGÃO CENSITÁRIO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1940, 1950, 1960 E 1970**

**BRASIL**

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
Nome	X	X	X	X
Sexo	X	X	X	X
Idade	X	X	X	X
Idade presumida	X	X		X
Cor/raça	X (branca, preta e parda [caboclo, mulato, moreno] e amarela)	X (branca, preta, parda [índio, pardo, caboclo, mulato, cafuso, mestiço], e amarela)	X (branca, preta, parda, amarela e indígena)	-
Condição de presença	X	X	X	X
Espécie de grupo familiar/família	-	-	X (único, convivente e residindo no domicílio coletivo)	X (única, individual e convivente - principal, parente e não parente)
Relação com o chefe de família	X	X	X	X
Situação de domicílio	X (urbana, suburbana e rural)	X (urbana, suburbana e rural)	X (urbana, suburbana e rural)	X (urbana, suburbana e rural)
Religião	X (católica, protestante, ortodoxa, israelita, maometana, budista, xintoísta,	X (católica, protestante, espírita, ortodoxa, israelita, budista, maometana, outra, sem religião)	X (católica, protestante, espírita, ortodoxa, israelita, budista, maometana, outra, sem religião)	X (católica, evangélica, espírita, outra, sem religião)

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
Alfabetização	espírita, positivista, outra, sem religião)  X (pessoas de 5 anos e mais)	X (pessoas de 5 anos e mais)	X (pessoas de 5 anos e mais)	X (pessoas de 5 anos e mais)
Estado civil/conjugal	X (solteiro, casado, separado, desquitado e divorciado, viúvo)	X (solteiro, casado, casado só no religioso, desquitado, divorciado; viúvo)	X (casado [no civil e religioso, só no civil, só no religioso, outra], solteiro, separado, desquitado, divorciado, viúvo)	X (casado [no civil e religioso, só no civil, só no religioso, outra], solteiro, separado desquitado, divorciado, viúvo)
Ano de início da união	-	-	X	-
Naturalidade	X	X	X	X
Tempo de residência no domicílio	-	-	-	X
Naturais do Município	-	-	-	X
Tempo de residência no Estado	-	-	-	X (menos de 1ano, 2, 3, 4, 5, 6 a 10 anos, 11 anos e mais
Tempo de residência no município (anos)	-	-	X (menos de 1, 2, 3, 4, 5, 6 a 10 e 11 anos e mais	X (menos de 1, 2, 3, 4, 5, 6 a 10 e 11 anos e mais
Situação do domicílio anterior	-	-	X (rural/urbana)	X (rural/urbana)
Local de residência anterior	-	-	X (U.F. ou país)	X (U.F. ou país)

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
Situação da residência anterior	-	-	-	X (cidade ou vila, povoado ou zona rural)
Nacionalidade	X	X	X	X
Nac. paterna	X	-	-	-
Nac. materna	X	-	-	-
Língua falada	X (fala correntemente o português?; que língua fala habitualmente no lar?)	X (que língua fala habitualmente no lar com as pessoas da família?)	-	-
Número total de filhos tidos	-	X (total de filhos tidos, inclusive os nascidos mortos)	X (total de filhos tidos, inclusive os nascidos mortos)	-
Filhos nascidos vivos	X	-	-	X
Filhos nascidos mortos	X	-	-	X
Filhos vivos na data do recenseamento	X	X	X	X
Filhos nascidos vivos no ano	-	-	-	X
Frequência à escola	X (recebe instrução?)	X	X	X (pessoas de 5 anos e mais)
Instrução	X (para pessoas de 5 a 39 anos)	X (para pessoas de 5 anos e mais)	X (para pessoas de 5 anos e mais)	X (para pessoas de 5 anos e mais)
	Para quem recebe instrução - grau	- curso concluído com aprovação - grau do curso	frequência atual ou passada à escola - série	frequência atual ou passada à escola - série

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
	(elementar, médio e superior) - local (em estabelecimento de ensino publico, de ensino particular, no próprio lar) - curso  Para quem não recebe instrução	concluído (elementar, médio e superior)  Para as pessoas que interromperam ou freqüentam algum curso	- grau (elementar, médio 1º ciclo, médio 2º ciclo e superior)  - espécie do curso (para pessoas de 10 anos e mais)	- grau (elementar, médio 1º ciclo, médio, 2º ciclo, superior)  - espécie do curso (para pessoas de 10 anos e mais)
Instrução (conclusão)	- grau em que os estudos foram interrompidos  - conclusão de curso ou habilitação em arte/ofício	- espécie do curso - série do curso		
Condição de atividade	X(indiretamente)	X(indiretamente)	X( afazeres domésticos, estudante, aposentado, vive de renda, doença temporária, invalidez permanente, detento, sem ocupação)	X( afazeres domésticos, estudante, aposentado, vive de renda, doente ou inválido, detento, sem ocupação, trabalha ou procura trabalho)
Ocupação principal	X (qual a profissão, ofício emprego, cargo ou função principal que exerce?)	X (qual o emprego, cargo, função , ofício, profissão ou atividade que exerce como ocupação principal?)	X(ocupação exercida a maior parte do ano)	X(ocupação exercida a maior parte do ano)

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
Ocupação complementar	X	X	-	-
Ocupação exercida na última semana			X(ocupação principal, outra ocupação, desempregado)	X(só ocupação habitual, só outra ocupação, ocupação habitual e outra ocupação, desempregado, procura trabalho pela 1ª vez)
Local onde exerce a ocupação principal	X	X	X	-
Local onde exerce a ocupação complementar	X	-	-	-
Atividade da ocupação principal	X	X	X	X
Atividade da ocupação complementar	X	X	-	-
Posição na ocupação principal	X (empregado, empregador, conta própria e membro da família)	X (empregado, empregador, conta própria e membro da família)	X (empregado público, empregado particular, empregador, conta própria, parceiro ou meeiro e membro da família)	X (empregado público, empregado particular, empregador, conta própria, parceiro ou meeiro e membro da família)
Posição na ocupação secundária	X (empregado, empregador, conta própria e	-	-	-

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
	<b>membro da família)</b>			
Existência ou não de remuneração na ocup. principal	X	-	-	-
Existência ou não de remuneração na ocup. secundária	X	-	-	-
Meses trabalhados no ano	-	-	-	X(para pessoas em ocupações primárias)
Horas semanais trabalhadas	-	-	-	X (para pessoas em ocupações que não as primárias)
Tempo de procura de trabalho	-	-	-	X
Rendimento mensal	-	-	X (para pessoas de 10 anos e mais (Quesito fechado com 9 faixas de rendimento)	X (Quesito aberto)
Município onde trabalha ou estuda	-	-	-	X
Propriedade imobiliária	X (urbana, rural, urbana e rural)	-	-	-
Seguros privados	X	-	-	-
Previdência	X (beneficiários)	-	-	-

VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
<b>Social</b>	<b>por tipo de benefício e contribuintes)</b>			
<b>Sindicalização</b>	X	-	-	-
<b>Incapacidade física</b>	X (defeitos por tipo [cego, surdo-mudo, surdo-mudo cego] e origem [nascença, acidente e doença])	-	-	-
<b>Espécie de domicílio</b>	-	X (particular, coletivo)	X (particular, coletivo)	X (particular, coletivo)
<b>Tipo de domicílio</b>	-	-	X (rústico, durável, improvisado)	X (rústico, durável, improvisado)
<b>Condição de ocupação do domicílio</b>	-	X (próprio, alugado)	X (próprio, alugado, ou outra condição)	X (próprio já pago e em aquisição, alugado, cedido ou outra condição)
<b>Aluguel mensal</b>	-	-	X	X
<b>Número de cômodos</b>	-	X	X	X
<b>Número de dormitórios</b>	-	X	X	X
<b>Abastecimento de água</b>	-	X (água encanada)	X (rede geral - com canalização interna ou só com canalização externa, poço ou nascente - com ou sem canalização, outra forma)	X (rede geral - com canalização interna ou só com canalização externa, poço ou nascente - com ou sem canalização, outra forma)
<b>Iluminação elétrica</b>	-	X	X	X



VARIÁVEIS	ANOS			
	1940	1950	1960	1970
Rádio	-	-	X	X
Esgotamento sanitário	-	X (instalação sanitária)	X (rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar, outro escoadouro, sem instalação)	X (rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar, outro escoadouro, sem instalação)
Fogão	-	-	X	X
Geladeira	-	-	X	X
Televisão	-	-	X	X
Automóvel	-	-	-	X
Data de referência	1º de setembro de 1940	1º de julho de 1950	1º de setembro de 1960	1º de setembro de 1970
Órgão censitário	IBGE Serviço Nacional de Recenseamento	IBGE Serviço Nacional de Recenseamento	IBGE Serviço Nacional de Recenseamento	IBGE Departamento de Censos - DECEN

**QUADRO 3: VARIÁVEIS INVESTIGADAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA E ÓRGÃO  
CENSITÁRIO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1980, 1991 e 2000**

**BRASIL**

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Nome	X	X	X
Sexo	X	X	X
Idade	X (mês e ano)	X (mês e ano)	X
Idade presumida	X	X	X
Faixa de idade	-	X (menos de 5 anos, de 5 a 9 anos, 10 anos ou mais)	-
Idade em 31/07/2000	-	-	X
Condição de presença	X (morador presente, morador ausente, não morador presente )	X (morador presente, morador ausente, não morador presente)	X (morador presente, morador ausente, não morador presente)
Cor/raça	X (cor: branca, preta, parda [mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza] e amarela	X (raça ou cor: branca, preta, amarela [orientais], parda [mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza] e indígena	X (cor ou raça: branca, preta, amarela parda e indígena)
Religião	X	X(religião ou culto)	X(religião ou culto)
Nacionalidade	X (brasileiro nato, naturalizado e estrangeiro)	X (brasileiro nato, naturalizado e estrangeiro)	X (brasileiro nato, naturalizado e estrangeiro)
Ano em que fixou residência no Brasil	-	X (para naturalizados e estrangeiros)	X (para naturalizados e estrangeiros)
Situação de domicílio	X (rural, urbana)	X (rural, urbana)	X (rural, urbana)
Tipo de família	X (única, convivente, em domicílio coletivo, individual)	X (única, convivente, em domicílio coletivo)	X(única, convivente, em domicílio coletivo, individual)
Número da família	-	-	X
Relação com o chefe do domicílio/pessoa responsável pelo domicílio	X (chefe ,se morar com mais pessoas; individual, se morar só e, para as demais, cônjuge, filho ou	X (chefe ,se morar com mais pessoas; individual, se morar só e, para as demais, cônjuge, filho (a),	X (pessoa responsável, cônjuge ou companheiro (a), filho (a) ou enteado (a), pai ou mãe ou sogro (a),

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Relação com o chefe de família/pessoa responsável pela família	enteado, pai ou sogro, genro ou nora, neto, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado, hóspede)	enteado (a), pai ou mãe, sogro (a), avô (ó) ou bisavô (ó), neto (a) ou bisneto (a), genro ou nora, irmão ou irmã, cunhado (a), outro parente, agregado (a), pensionista, empregado (a) doméstico (a), parente do(a) empregado (a)	neto (a) ou bisneto (a), irmão ou irmã, outro parente, agregado (a), pensionista, empregado (a) doméstico (a), parente do (a) empregado (a) doméstico (a), individual em domicílio coletivo.
Deficiência física ou mental	X (chefe, se morar com mais pessoas; individual, se morar só e, para as demais, cônjuge, filho ou enteado, pai ou sogro, genro ou nora, neto, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado, hóspede)	X (chefe, se morar com mais pessoas; individual, se morar só e, para as demais, cônjuge, filho (a), enteado (a), pai ou mãe, sogro (a), avô (ó) ou bisavô (ó), neto (a) ou bisneto (a), genro ou nora, irmão ou irmã, cunhado (a), outro parente, agregado (a), pensionista, empregado (a) doméstico (a), parente do (a) empregado (a)	X (pessoa responsável, cônjuge ou companheiro (a), filho (a) ou enteado (a), pai ou mãe ou sogro (a), neto (a) ou bisneto (a), irmão ou irmã, outro parente, agregado (a), pensionista, empregado (a) doméstico (a), parente do (a) empregado (a) doméstico (a), individual em domicílio coletivo.
	-	X (cegueira, surdez, paralisia de um dos lados, paralisia das pernas, paralisia total, falta de membro (s) ou parte dele (s), deficiência mental, mais de uma, nenhuma das enumeradas)	X (5 quesitos: se tem alguma deficiência mental, como avalia a capacidade de enxergar, como avalia a capacidade de ouvir, como avalia a capacidade de caminhar/subir escadas, se possui deficiência física)
Estado conjugal/civil	X (2 questões: se vive em companhia de cônjuge, esposa(o), companheira (o) indicar a natureza da união [casamento civil e religioso, só casamento civil, só casamento religioso, outra]	X (3 questões: vive ou viveu em companhia de cônjuge, esposo(a), companheiro(a); se não, marcar solteiro; Se vive, indicar a natureza da união [casamento civil e religioso, só casamento	X (2 questões sobre estado conjugal e 1 sobre estado civil: -se vive em companhia de cônjuge, esposa(o), companheira (o) indicar a natureza da união [casamento civil e religioso, só casamento civil, só casamento religioso,

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
	Se não vive em companhia de cônjuge, indicar se é [solteiro, separado, desquitado, divorciado, viúvo] )	civil, só casamento religioso, união consensual] Se viveu, mas não vive mais se é [separado, desquitado, divorciado, viúvo] )	outra];- qual o seu estado civil [casado, desquitado ou separado judicialmente; divorciado, viúvo, solteiro] )
Data da união atual	-	X	-
Data em que contraiu a primeira união	-	X	-
Orfandade materna	X(Tem mãe viva? sim, não, não sabe)	X (Se a mãe reside ou não no domicílio e, em caso negativo, se está viva, falecida ou não sabe)	-
Nasceu neste município	X	X(sim e sempre morou neste município; sim, mas já morou em outro; nasceu em outro	X
Neste município morou	X (só na zona urbana, só na zona rural, nas zonas urbana e rural)	X(só na zona urbana, só na zona rural, nas zonas urbana e rural)	X(mora neste município desde que nasceu? Sim, não)
Tempo de moradia neste município	X(anos de moradia)	X (anos de moradia sem interrupção)	X (anos de moradia sem interrupção)
Tempo de moradia nesta UF	X(anos de moradia)	X (anos de moradia sem interrupção)	X (anos de moradia sem interrupção)
UF ou país de nascimento	X	X	X
Município, U.F. ou país estrangeiro de residência anterior (para as pessoas que migraram há menos de 10 anos)	X	X	X (U.F. ou país estrangeiro de residência anterior)
Situação do domicílio no município de residência anterior	X(zona urbana, zona rural, nasceu)	X	-
Município, U.F. ou país estrangeiro em que residia há 5 anos atrás (para pessoas de 5 anos e mais), com especificação	-	X (com especificação rural , urbano)	X (neste município na zona urbana, neste município na zona rural, em outro município na zona urbana, em outro município na zona

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
da situação de domicílio			rural, em outro país, não era nascido, além da especificação do nome do município e da UF ou país)
Município em que trabalha ou estuda	X	-	X (município, U.F. ou país estrangeiro)
Alfabetização	X (para pessoas de 5 anos e mais)	X (para pessoas de 5 anos e mais)	X (para pessoas de 5 anos e mais)
Frequência à escola	<p>X (para pessoas de 5 anos e mais)</p> <p>Para os que freqüentam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- série</li> <li>- grau (primário ou elementar, ginásial ou médio 1º ciclo, 1º grau, 2º grau, colegial ou médio 2º ciclo, supletivo 1º grau, supletivo 2º grau, superior)</li> <li>- curso não seriado (pré-escolar, alfabetização de adultos, vestibular, mestrado ou doutorado, supletivo na escola (discriminado o grau), supletivo através de rádio ou TV (discriminando o grau)</li> </ul> <p>Para os que não freqüentam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- última série que concluiu com aprovação</li> <li>- grau da última série (alfabetização de adultos, primário ou elementar, ginásial ou médio 1º ciclo, 1º grau, 2º grau, colegial ou médio 2º ciclo, superior, mestrado ou doutorado)</li> </ul>	<p>X (para pessoas de 5 anos e mais)</p> <p>Para os que freqüentam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- série</li> <li>- grau (1º grau, 2º grau, supletivo 1º grau, supletivo 2º grau, superior)</li> <li>- curso não seriado (pré-escolar, alfabetização de adultos, vestibular, mestrado ou doutorado, supletivo não seriado (discriminado o grau)</li> </ul> <p>Para os que não freqüentam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- última série que concluiu com aprovação</li> <li>- grau da última série (alfabetização de adultos, primário ou elementar, ginásial ou médio 1º ciclo, 1º grau, 2º grau, colegial ou médio 2º ciclo, superior, mestrado ou doutorado)</li> </ul>	<p>X (sim – rede particular, sim – rede pública, não – já freqüentou, nunca freqüentou)</p> <p>Para os que freqüentam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- curso (creche, pré-escolar, classe de alfabetização, alfabetização de adultos, ensino fundamental ou 1º grau regular seriado e não seriado; supletivo (ensino fundamental ou 1º grau), supletivo - ensino fundamental ou 1º grau, ensino médio ou 2º grau regular seriado e não seriado, supletivo (ensino médio ou 2º grau) pré-vestibular, superior – graduação, mestrado ou doutorado)</li> <li>- série</li> </ul> <p>Para os que não freqüentam, mas já freqüentaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- curso mais elevado (alfabetização de adultos, antigo primário, antigo ginásio, antigo clássico – científico, ensino fundamental ou 1º grau, ensino médio ou 2º grau,</li> </ul>

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Curso completo	X (para pessoas de 10 anos e mais)  (elementar, 1º Grau, 2º grau, superior, mestrado ou doutorado)	X (para pessoas de 10 anos e mais)  (elementar, 1º Grau, 2º grau, superior, mestrado ou doutorado)	superior – graduação, mestrado ou doutorado, nenhum)  - última série concluída com aprovação  X  - conclusão  - curso
Para pessoas de 10 anos e mais			
Trabalhou nos últimos 12 meses	X(sim, não)	X(habitualmente, eventualmente, não)	-
Condição de atividade nos últimos 12 meses	X (trabalhou; procurando trabalho; já trabalhou, nunca trabalhou; aposentado ou pensionista, vive de rendas, detento, estudante, doente ou inválido, afazeres domésticos, sem ocupação)	X (para pessoas que não trabalharam: procurando trabalho [já trabalhou, nunca trabalhou], aposentado, pensionista, vive de rendas, detento, estudante, doente ou inválido, afazeres domésticos, sem ocupação)	-
Na semana de referência trabalhou em atividade remunerada	-	-	X
Na semana de referência tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado	-	-	X
Na semana de referência ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por conta-própria ou empregador, morador do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário	-	-	X
Na semana de referência trabalhou na atividade de	-	-	X

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
<p>cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimentação</p> <p>Tomou providência para conseguir trabalho</p> <p>Número de trabalhos que tinha na semana de referência</p> <p>Ocupação principal</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>X(ocupação habitual nos últimos doze meses)</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>X(ocupação habitual nos últimos doze meses)</p>	<p>X(no último mês)</p> <p>X (1, dois ou mais)</p> <p>X(ocupação principal na semana de referência)</p>
<p>Estabelecimento onde exerce a ocupação</p> <p>Finalidade ou ramo de atividade</p> <p>Posição na ocupação</p>	<p>X (nos últimos doze meses)</p> <p>X</p> <p>X (nos últimos doze meses: trabalhador agrícola volante [com intermediário e sem intermediário], parceiro ou meeiro [empregado, empregador, conta-própria], empregado, empregador, conta-própria, sem remuneração)</p>	<p>X (nos últimos doze meses)</p> <p>X</p> <p>X (nos últimos doze meses: trabalhador agrícola volante, parceiro ou meeiro [empregado, conta-própria], trabalhador doméstico [empregado, conta-própria], empregado do setor privado, empregado do setor público [servidor público, empresa estatal], conta-própria, empregador, sem remuneração)</p>	<p>-</p> <p>X</p> <p>X (na semana de referência: trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, empregado com carteira assinada, emprego sem carteira assinada, empregador, conta-própria, não remunerado aprendiz ou estagiário, não remunerado em ajuda a membro do domicílio, trabalhador na produção para o próprio consumo)</p> <p>X (sim, não)</p>
<p>Era funcionário público ou militar</p> <p>Número de pessoas no estabelecimento</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>-</p> <p>X (empregados: 1 ou 2, 3 ou 4, 5 a 9, 10 ou mais, trabalha sozinho, com sócio ou não remunerado, trabalhador doméstico)</p>	<p>X (apenas para empregados ou empregadores, número de empregados: 1, 2, 3 a 5, 6 a 10, 11 ou mais)</p>

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Local de trabalho onde exerceu sua ocupação principal	-	X (domicílio [sem local exclusivo, com local exclusivo], via pública [com equipamento pesado, com equipamento leve ou sem], propriedade agropecuária, empresa, casa de cliente ou patrão, outro)	-
Carteira de trabalho assinada	-	X	X (cruzada com o quesito posição na ocupação)
Contribuição para Previdência	X (federal, estadual, municipal, não é)	X (sim, não sabe, não é)	X (sim, não)
Condição de atividade na semana de referência	X (exercendo só ocupação principal, exercendo ocupação principal e outra, exercendo só outra ocupação, desempregado procurando trabalho, tinha-se aposentado e não trabalhou, não tinha trabalho e nem estava procurando)	-	X
Outra ocupação na semana de referência	X	-	-
Estabelecimento onde exerce a outra ocupação	X	-	-
Ramo de negócio da outra ocupação	X	-	-
Posição na outra ocupação	X (trabalhador agrícola volante com intermediário e sem intermediário, parceiro ou meeiro [empregado, empregador, conta-própria], empregado, empregador, conta-própria, não rem.)	-	-
Horas trabalhadas por semana na ocupação	X (menos de 15, de 15 a 29, 30 a 39, 40 a 48, 49 ou	X (na ocupação principal)	X (no trabalho principal)



VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
habitual			
Horas trabalhadas por semana em outras/todas as ocupações	X (em todas: menos de 15, de 15 a 29, 30 a 39, 40 a 48, 49 ou mais)	X (em outras ocupações	X (em outros trabalhos)
É aposentado ou pensionista		X (não é, aposentado, pensionista, aposentado e pensionista)	X (no mês de referência, era aposentado de instituto de previdência oficial)
Rendimento médio mensal bruto, recebido em dinheiro na ocupação principal	X	X	X (em dinheiro e em benefícios)
Rendimento médio mensal bruto, auferido por produtos ou mercadorias na ocupação principal	X	-	-
Rendimento médio mensal bruto de outras ocupações	X	X	X(em dinheiro e em benefícios)
Rendimento bruto mensal de aposentadoria, pensão, abono etc.	X	X	X
Rendimento médio mensal proveniente de aluguel, arrendamento de imóvel, móvel, veículo, etc.	X	X (um único quesito investiga aluguéis, arrendamento, doações, emprego de capital)	X(aluguel)
Rendimento médio mensal recebido, proveniente de doação em dinheiro, mesada etc.	X	X(um único quesito investiga aluguéis, arrendamento, doações, emprego de capital)	X(pensão alimentícia, doação em dinheiro, mesada, recebida de não morador)
Média mensal de outros rendimentos de emprego de capital no último	X	X(um único quesito investiga aluguéis, arrendamento, doações, emprego de capital)	-
Rendimento médio mensal proveniente de renda mínima/bolsa-escola, seguro- des. etc.	-	-	X

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Outros rendimentos	-	-	X
Número de salário anuais	X (12, 13, 14, 15, 16 ou mais, não é empregado)	-	-
<b>Para pessoas de 5 a 9 anos que trabalharam nos últimos 12 meses (4 Quesitos aplicados no CD 1991)</b>			
Nome	-	X	-
Ocupação habitual	-	X	-
Horas habitualmente trabalhadas por semana na ocupação	-	X (menos de 15, de 15 a 29, 30 a 39, 40 a 48, 49 ou mais)	-
Rendimento médio mensal	-	X	-
	Para mulheres de 15 anos e mais	Para mulheres de 10 anos e mais	
Filhos tidos nascidos vivos	X (discriminando o sexo)	-	X (discriminando o sexo)
Filhos tidos que moram no domicílio	-	X (discriminando o sexo)	-
Filhos tidos que moram em outro domicílio	-	X (discriminando o sexo)	-
Filhos tidos nascidos vivos que já morreram (não incluir os nascidos mortos)	-	X (discriminando o sexo)	-
Filhos tidos nascidos mortos	X (discriminando o sexo)	X (discriminando o sexo)	X (discriminando o sexo)
Filhos vivos na data de referência	X (discriminando o sexo)	-	X (discriminando o sexo)
Sexo e data de nascimento do último filho nascido vivo	X	X	X
Último filho estava vivo na data de referência	-	-	X
Espécie de domicílio	X (particular [permanente, improvisado], coletivo [permanente, improvisado])	X (particular [permanente, improvisado], coletivo)	X (particular permanente, particular improvisado, coletivo)

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Tipo	X (casa, apartamento)	X (casa [isolada ou condomínio, em conjunto residencial popular, aglomerado subnormal], apartamento [isolado ou condomínio, em conjunto residencial popular, aglomerado subnormal], cômodo)	X (casa, apartamento, cômodo)
Paredes	X (alvenaria, madeira, taipa não revestida, material aproveitado, palha, outro)	X (alvenaria, madeira, taipa não revestida, material aproveitado, palha, outro)	-
Piso	X (madeira, cerâmica, cimento, material aproveitado, tijolo, terra, outro)	-	-
Cobertura	X (laje de concreto, telha de barro, telha de cimento-amianto, zinco, madeira aparelhada, palha, material aproveitado, outro)	X (laje de concreto, telha de barro, telha de cimento-amianto, zinco, madeira aparelhada, palha, material aproveitado, outro)	-
Total de cômodos	X	X	X
Cômodos servindo de dormitórios	X	X	X
Abastecimento de água	X (com canalização interna [rede geral, poço ou nascente, outra forma], sem canalização interna [rede geral, poço ou nascente, outra forma])	X (com canalização interna [rede geral, poço ou nascente, outra forma], sem canalização interna [rede geral, poço ou nascente, outra forma])	X ( 2 quesitos: forma de abastecimento: (rede geral, poço ou nascente na propriedade, outra); canalização da água: (canalizada em pelo menos um cômodo, canalizada só na propriedade ou terreno, não canalizada)
Instalação sanitária	X - escoadouro (rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar, outro, não tem)	X - escoadouro (rede geral, fossa séptica [ligada a rede pluvial, sem escoadouro], fossa	X - escoadouro (rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio ou lago ou mar,

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
	- uso (só do domicílio, comum a mais de um, não tem)	rudimentar, vala negra, outro, não sabe, não tem)	outro escoadouro)
Condição de ocupação do domicílio	X (próprio [já acabou de pagar, não acabou de pagar], alugado, cedido por [empregador, particular], outra)	X (próprio [a construção e o terreno], alugado, cedido por [empregador, particular], outra)	X (próprio [já pago, ainda pagando], alugado, cedido [por empregador, de outra forma], outra condição)
Condição de ocupação do terreno	-	X (cruzada com a de domicílio)	X (próprio, cedido, outra condição)
Aluguel mensal	X	X	-
Tempo de residência	X	-	-
Para cozinhar usa	X (fogão, fogão improvisado, fogareiro, não tem)	-	-
Combustível usado para cozinhar	X (gás de botijão, gás canalizado, lenha, carvão, ou querosene, álcool, eletricidade, não usa)	X (gás de botijão, gás canalizado, só lenha, gás de botijão e lenha, carvão, outro, não usa)	-
Número de banheiros	-	X	X
Destino do lixo	-	X (coletado [diretamente, indiretamente], queimado, enterrado, jogado [terreno baldio, rio, lago ou mar], outro destino)	X (coletado por serviço de limpeza, colocado em caçamba de serviço de limpeza, queimado na propriedade, enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio ou lago ou mar, outro destino)
Neste domicílio reside criança com menos de 2 anos ou recém-nascida	-	X	-
Filtro de água	-	X	-
Telefone	X	X	X
Iluminação elétrica	X	X	X

VARIÁVEIS	ANOS		
	1980	1991	2000
Rádio	X	X	X
Geladeira	X	X	X (o quesito é geladeira ou freezer)
Televisão	X ( a cores, a cores e preto e branco, preto e branco, não tem)	X (dois quesitos: TV em preto e branco e a cores)	X (número de)
Videocassete			X
Máquina de lavar	-	X	X
Freezer	-	X	X (o quesito é geladeira ou freezer)
Aspirador de pó	-	X	-
Automóvel	X(tem uso particular, tem para trabalho, não tem)	X (dois quesitos: automóvel particular[1, 2, 3 ou mais, não tem], para trabalho [próprio, cedido, não tem])	X (número de automóveis para uso particular)
Forno de microondas	-	-	X
Linha telefônica	-	-	X
Microcomputador	-	-	X
Ar condicionado	-	-	X (número de)
Data de referência	1º de setembro de 1980	1º de setembro de 1991	1º de agosto de 2000
Órgão censitário	IBGE	IBGE	IBGE